

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO**  
**CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO JORNALISMO**

MANOELLA DE VARGAS VAN MEEGEN

**A ESCRITA DE SI NO PACTO EPISTOLAR:**  
**PERCURSO PELAS CARTAS DE CLARICE LISPECTOR**

Porto Alegre

2016

MANOELLA DE VARGAS VAN MEEGEN

**A ESCRITA DE SI NO PACTO EPISTOLAR:**

PERCURSO PELAS CARTAS DE CLARICE LISPECTOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

**Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Cassilda Golin Costa

**Coorientação:** Anna de Carvalho Cavalcanti

Porto Alegre

2016

#### CIP - Catalogação na Publicação

de Vargas van Meegen, Manoella  
A escrita de si no pacto epistolar: percurso  
pelas cartas de Clarice Lispector / Manoella de  
Vargas van Meegen. -- 2016.  
68 f.

Orientadora: Cida Golin.  
Coorientadora: Anna de Carvalho Cavalcanti.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Comunicação  
Social: Jornalismo, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. carta. 2. escrita de si. 3. Clarice Lispector.  
4. epistolografia. I. Golin, Cida, orient. II. de  
Carvalho Cavalcanti, Anna, coorient. III. Título.



MANOELLA DE VARGAS VAN MEEGEN

**A ESCRITA DE SI NO PACTO EPISTOLAR:**

PERCURSO PELAS CARTAS DE CLARICE LISPECTOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

**Orientador:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cassilda Golin Costa

**Coorientação:** Anna de Carvalho Cavalcanti

Aprovado pela banca examinadora em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cassilda Golin Costa (orientadora)

UFRGS

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Cláudia Gruszynski

UFRGS

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Ivana de Lima e Silva

UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, por todo o apoio, incentivo e confiança que depositaram em mim nos últimos quatro anos e meio. Sem vocês, essa conquista não teria sido possível.

Ao Luis, por estar sempre ao meu lado e me ajudar em todas as etapas da produção desse trabalho. Obrigada por fazer a minha vida – e a minha experiência universitária – a mais especial possível nesses últimos quatro anos.

A Cida e a Anna, pela paciência, confiança e ensinamentos que tornaram possível esse trabalho. A Vanessa, Laís e Eduarda, por toda a amizade e cumplicidade de muitos anos, mantida mesmo com o distanciamento.

A todos os colegas e amigos feitos na Fabico, em especial a Marina, minha vizinha e conterrânea “bicuira”.

*Em cada palavra pulsa um coração. Escrever é tal procura de íntima veracidade de vida.*

*Cada palavra, cada projeto novo causa espanto: meu coração está espantado. É por isso que toda a minha palavra tem um coração onde circula sangue.*

(Clarice Lispector – Um sopro de vida)

## RESUMO

Este trabalho discute o pacto epistolar e a presença da escrita de si nas cartas pessoais da escritora Clarice Lispector, compiladas nos livros *Cartas perto do coração* (2001), *Correspondências* (2002) e *Minhas queridas* (2007). O objetivo geral do trabalho é compreender e investigar os modos de subjetivação que essa narrativa é capaz de produzir. Parte-se de uma revisão bibliográfica do gênero da escrita epistolar, que discute sua apresentação formal, apresentando as características deste tipo de comunicação. Propõe-se também um percurso teórico pelo conceito de escrita de si, sua relação com a produção de subjetividade e transformações ao longo dos séculos, a partir das ideias de Michel Foucault (1992), Ângela Gomes (2004) e Elizabeth Duque-Estrada (2009). Essa perspectiva teórica orienta a análise narrativa do *corpus* constituído por 21 cartas escritas pela autora. Conclui-se que a subjetividade de Clarice se modula conforme o interlocutor a quem se expõe através de sua escrita. Ao percorrermos os traços de escrita de si presente nessas cartas, não encontramos um sujeito completo, mas sim uma subjetividade sempre em devir.

**PALAVRAS-CHAVE:** carta; escrita de si; Clarice Lispector; epistolografia.



## ABSTRACT

This work discusses the epistolary pact and the presence of self writing in the personal letters of the writer Clarice Lispector, compiled in the books *Cartas perto do coração* (2001), *Correspondências* (2002) and *Minhas queridas* (2007). The overall objective of this work is to understand and investigate the different ways of subjectivity that this narrative is able to produce. The research begins with a review of literature on the genre of epistolary writing, which discusses its formal presentation and introduces the characteristics of this type of communication. It is also proposed a theoretical path at the concept of self writing, its relation to the production of subjectivity and the transformations over the centuries, from Michel Foucault's (1992), Ângela Gomes' (2004) and Elizabeth Duque-Estrada's (2009) ideas. This theoretical perspective guides the narrative analysis of the *corpus*, which consists on 21 letters written by the author. It is concluded that Clarice's subjectivity is modulated according to the interlocutor to whom she exposes herself through her writing. By analyzing the traces of the self writing present in such letters, we can't find a complete subject, but yet a subjectivity always in becoming.

**KEY-WORDS:** letter; self writing; Clarice Lispector; epistolography.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 A ESCRITA EPISTOLAR</b> .....	13
<b>2.1 Parâmetros para entender uma prática comunicacional</b> .....	14
<b>2.2 Historiografia das trocas epistolares</b> .....	17
<b>2.3 Aproximações históricas: correspondências e jornalismo</b> .....	20
<b>2.4 Sigilo e divulgação</b> .....	21
<b>2.5 Valor biográfico</b> .....	23
<b>3 A ESCRITA DE SI</b> .....	25
<b>3.1 A escrita de si na Antiguidade greco-romana</b> .....	25
<i>3.1.1 Cuidado de si e modos de subjetivação: breve histórico</i> .....	28
<b>3.2 Escrita de si como ato biográfico: surgimento, transformações e definições</b> .....	31
<b>4 CARTAS DE CLARICE</b> .....	37
<b>4.1 Sobre Clarice Lispector: breve biografia</b> .....	37
<i>4.1.2 O ofício paralelo: jornalista</i> .....	40
<b>4.2 Procedimentos de análise</b> .....	41
<b>4.3 Os destinatários</b> .....	42
<b>4.4 Elementos do pacto epistolar</b> .....	45
<i>4.4.1 A condição de desenraizamento: o deslocamento do eu</i> .....	48
<i>4.4.2 A criação literária em missivas</i> .....	53
<b>4.5 A exegese de si</b> .....	56
<b>4.6 A publicação das missivas: questões éticas</b> .....	59
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	61
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	64

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho empenha-se em analisar as cartas pessoais da escritora Clarice Lispector. Apesar da autora ser alvo de uma intensa produção acadêmica, o aspecto de sua produção epistolar e as subjetividades aí envolvidas ainda é pouco explorado – e é a partir dessa problemática que desenvolvemos nossa pesquisa. O interesse por tal estudo foi motivado pela nossa apreciação pela escritora em questão, além da vontade de trazer para o campo da Comunicação um estudo sobre a escrita epistolar e escrita de si. Assim, além do entusiasmo pessoal com o assunto, também levou-se em conta uma possível abertura do tema para futuras produções intelectuais em nossa área.

As cartas são consideradas um dos primeiros meios de comunicação e interação social do mundo. Por isso, e pelo fato de ser também uma das fontes de registro mais antigas, alguns estudiosos apontam que a carta é precedente de todos os gêneros textuais, juntamente dos contos populares. Julgamos adequado destacar que, embora a prática da escrita epistolar tenha entrado em declínio na cultura ocidental – em função do advento de outras formas de comunicação mediadas pela tecnologia eletrônica como, por exemplo, o telefone celular, e o e-mail –, a carta pessoal ainda encontra-se em uso em nossa cultura, sendo disseminada de forma postada ou até mesmo entregue em mãos.

O texto oriundo das correspondências originadas do âmbito privado é marcado pelos traços subjetivos que os signatários produzem em suas cartas e, assim, podemos pensar na escrita epistolar como um fazer autobiográfico, ou como possibilidade de escrita de si. Segundo Foucault (1992), essa escrita de caráter privado está associada à construção de uma escritura de si, de uma estética da existência. Essa forma de produção textual é capaz de recriar os indivíduos envolvidos dentro do espaço intersubjetivo da troca epistolar e da amizade (IONTA, 2004).

Os registros produzidos pela atividade epistolar se constituem como veículos de subjetivação que se desenvolvem e criam novas formas de interação social. Juntamente ao diário, a carta se insere no grande campo da privacidade, dos afetos e sentimentos. A carta também é denominada como uma “cópia da alma” (DUQUE-ESTRADA, 2009), pois é um espaço onde é possível estabelecer uma relação subjetiva com o outro e também consigo mesmo. A partir destas observações, a realização do trabalho também justifica-se por identificar de que forma a escrita de si constitui diferentes modos de subjetivação nas correspondências pessoais de Clarice Lispector.

No mundo contemporâneo, o mercado editorial constatou o potencial comercial das narrativas epistolares, e as publicações sobre cartas são cada vez mais comuns e variadas.

Exemplos deste tipo de publicação são os livros *Caio Fernando Abreu: Cartas*, publicado pela editora Aeroplano; *Correspondência* de Sigmund Freud e Anna Freud, publicado pela editora L&PM; *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*, publicado pela editora Edusp e *Ana Cristina César – Correspondência incompleta*, publicado pela editora Aeroplano. A produção epistolar de Clarice Lispector, *corpus* do nosso trabalho, pode ser encontrada nos livros *Cartas perto do coração* (2001), *Correspondências* (2002) e *Minhas queridas* (2007).

A fim de nortear a construção do trabalho, estabelecemos como **objetivo geral** identificar os modos de subjetivação presentes nas cartas selecionadas da escritora Clarice Lispector, a partir dos livros citados anteriormente. Como **objetivos específicos**, procuramos situar historicamente a produção e troca de missivas como prática comunicacional; discutir os elementos que circundam o pacto epistolar; explorar o conceito da escrita de si na produção de cartas; selecionar uma amostra de cartas de Clarice Lispector, observando elementos do pacto epistolar; problematizar os principais temas e as marcas de escrita de si presentes nelas.

Para respondermos ao nosso problema de pesquisa e atendermos os nossos objetivos, elegemos como *corpus* 21 cartas de Clarice – presentes nos livros anteriormente citados. As correspondências escolhidas foram produzidas entre 1946 e 1957. Nesse período, a escritora residiu em cidades da Europa e dos Estados Unidos para acompanhar as funções diplomáticas do então marido Maury Gurgel Valente. Os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho serão pesquisa bibliográfica e análise de narrativa.

A pesquisa bibliográfica e teórica é essencial para o embasamento da monografia. No primeiro capítulo, situaremos o leitor a respeito da escrita epistolar. Para tal, buscamos construir possíveis definições do gênero e formalizações históricas a partir dos escritos de Ângela Gomes (2004) e Emerson Tin (2005), que apresenta uma série de manuais antigos que abordam, através dos séculos, as melhores maneiras de se escrever uma carta. Através de autores como Andréa Crabbé Rocha (1965), uma das primeiras pesquisadoras sobre o gênero, e Eliane Vasconcellos (2008), apresentaremos algumas características próprias da correspondência, como o sigilo – e possível divulgação futura, nos casos de autores famosos – e valor biográfico. A partir de Carlos Franciscato (2005), traçamos uma aproximação histórica das correspondências com o jornalismo. As duas práticas têm no aperfeiçoamento dos serviços postais um importante marco histórico, além de as cartas, como portadoras de notícias, possuírem relação direta na formação e história do jornalismo.

No segundo capítulo, exploraremos o conceito de escrita de si formulado por Michel Foucault (1992), bem como as noções de cuidado de si e os modos de subjetivação propostos pelo autor. Além disso, também apresentaremos as transformações da escrita de si na

modernidade – aqui, como veremos, a individualização e valorização do íntimo são traços predominantes – a partir de Ângela Gomes, e mostraremos as definições mais recentes a respeito do texto autobiográfico, principalmente através das pesquisas de Philippe Lejeune (2008), Elizabeth Duque-Estrada (2009) e Leonor Arfuch (2010).

A biografia resumida de Clarice Lispector abre o terceiro e último capítulo, no qual apresentaremos os elementos do pacto epistolar aplicados nas trocas epistolares da escritora. Após essa visão geral dos traços característicos e predominantes das cartas, faremos uma análise temática – exílio e criação literária – de tais documentos para, por fim, analisarmos a exegese de si e os modos de subjetivação da escritora em questão através de sua escrita.

## **2 A ESCRITA EPISTOLAR**

Mesmo hoje já obsoleta, a escrita epistolar tem sido alvo de pesquisas teóricas, especialmente as de cunho histórico e de investigação literária. Ainda assim, não são muito numerosos os estudos que apresentam uma reflexão mais sistemática sobre o gênero. A portuguesa Andréa Crabbé Rocha (1965) foi uma das primeiras estudiosas que se dedicaram ao tema e, além de refletir sobre o gênero, analisou as trocas epistolares célebres de seu país. No Brasil, Emerson Tin (2005) investigou os antigos tratados teóricos sobre as missivas e Ângela Gomes (2004), ao discorrer sobre a escrita de si, também explora a carta e a apresenta como um dar-se a ver, “uma forma de presença” (GOMES, 2004, p. 19).

Este capítulo tem por objetivo situar o leitor sobre as correspondências, um dos meios de comunicação mais antigos existente, e que também é um tipo particular de escrita de si. Propomos uma sistematização dos esforços de pesquisa a respeito da escrita epistolar, realizando uma revisão bibliográfica que busca construir uma historiografia e uma definição do gênero. A partir disto, será possível apontar uma aproximação histórica das cartas com o jornalismo – que se relacionam, como veremos a seguir, a partir do aperfeiçoamento dos serviços postais. Também apresentaremos algumas particularidades da carta, como o sigilo – e, nos casos de missivistas famosos, possível divulgação futura – e valor biográfico próprio.

## **2.1 Parâmetros para entender uma prática comunicacional**

Entende-se por epistolografia a arte de escrever cartas, ou o estudo relativo a essa arte, que une, enquanto escrita de si, testemunho e pesquisa dentro do campo dos estudos literários. Nas últimas décadas, percebeu-se uma maior atenção de pesquisadores sobre o tema, sobretudo em investigações históricas e literárias. Um dos primeiros esforços de pesquisa sobre o gênero partiu da pesquisadora portuguesa Andréa Crabbé Rocha. No livro *A epistolografia em Portugal*, de 1965, a autora expõe que a carta é um meio de comunicar por escrito com o semelhante compartilhado por todos os homens, que corresponde a uma necessidade profunda do ser humano. O ato de comunicar-se não implicaria somente em intenções noticiosas, mas sim pôr-se em comum:

Escreve-se, pois, ou para não estar só, ou para não deixar só. Lição de fraternidade, em que as palavras substituem os atos ou os gestos, vale no plano afetivo como no plano espiritual, e participa, embrionária ou pujantemente, do mecanismo íntimo da literatura — dádiva generosa e apelo desesperado, ao mesmo tempo (ROCHA, 1965, p. 13)

Em texto mais recente, Ângela Gomes afirma que escrever cartas é como um dar-se a ver, como “mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo sendo ‘visto’ pelo remetente, o que

permite um *tête-à-tête*, uma forma de presença (física, inclusive) muito especial” (GOMES, 2004, p. 19).

Embora hoje obsoleta, a troca epistolar foi, por mais de dois mil anos, o principal meio de comunicação à distância. De acordo com Tin (2005, p. 17), “a carta tornava presentes os ausentes”. Por esse motivo, é fácil concluir que a correspondência se torna mais assídua quando se trata de pessoas que estão longe, e menos frequente com as que vivem perto. Rocha (1965) afirma que a ausência não só motiva a escrita, mas também provoca “um considerável enriquecimento daquilo que se tem para dizer: outros mundos, geográficos ou espirituais, nutrem de revelações e experiências inéditas o recheio da carta” (p. 14-15). A escrita epistolar envolve distanciamentos constitutivos específicos, e entre eles está o distanciamento espacial e temporal entre as ações de ler e escrever. Além deles, Gomes (2004, p.20) nota também o distanciamento entre o autor da carta e todos os acontecimentos narrados, pois “no momento da escrita, os acontecimentos/personagens narrados experimentam tempos variados, que podem se situar no passado (“ontem aconteceu...”), no presente (“estou escrevendo esta carta...”) ou no futuro, nos projetos anunciados e planejados em conjunto”.

Podemos afirmar que a correspondência pessoal, assim como outras as formas de escrita de si (que abordaremos no capítulo seguinte), expandiu-se junto ao processo de privatização da sociedade ocidental, com a afirmação do valor do indivíduo e a construção de novos códigos de relações sociais de intimidade. Segundo Gomes (2004, p. 19) tais códigos “permitem uma espontaneidade das formas de expressão dos sentimentos como a amizade e amor; uma espécie de “intimização” da sociedade”. Ainda segundo a autora,

A escrita de cartas expressa de forma emblemática tais características, com uma particularidade: elas são produzidas tendo, a priori, um destinatário. Assim, tal como outras práticas de escrita de si, a correspondência constitui, simultaneamente, o sujeito e seu texto. Mas, diferentemente das demais, a correspondência tem um destinatário específico com quem se vai estabelecer relações. Ela implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê — sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo (GOMES, 2004, p. 19)

Sobre a questão da espontaneidade, Vasconcellos (2008) destaca que ela ocorre geralmente sem o intuito de alcançar posteridade. Porém, alguns autores publicam-nas em vida, porque sua função “vai além do ato da escrita e da recepção” (VASCONCELLOS, 2008, p. 373).

Entre os povos antigos, o uso da carta já era aparente, porém restrito a certas classes sociais. De acordo com Vasconcellos (2008), a escrita de cartas “era prerrogativa das pessoas de classes sociais mais altas e dos comerciantes, muitas vezes elas eram ditadas aos ‘escravos secretários’, e aquele que a ditava colocava inscrição final de próprio punho” (VASCONCELLOS, 2008, p. 374). Burgardt (2011) assinala que o gênero epistolar chegou a

enquadrar-se enquanto objeto literário, tendo em vista que existiram manuais que regulavam a forma estável do gênero e que circulavam com grande prestígio até o século XIX:

Esses manuais ou mesmo os tratados de retórica surgiram para regular a função secular de comunicação à distância que as cartas exerciam há muito tempo. Essa escrita tão necessária deveria ter suas próprias regras que seriam do conhecimento de quem precisava escrevê-las, apesar de ser uma escrita restrita aos letrados, para que seu entendimento fosse, na medida do possível, claro. Assim, alguns desses escritos eram tão especializados, refinados e esteticamente tão bem feitos que se tornaram modelos para uma escrita, por excelência, dos homens de letras (p. 11)

Na Antiguidade, apesar de não existir nenhuma teoria sobre as características formais da epistolografia, haviam correspondências e tratados de retórica contendo regras sobre esse tipo de escrita. O tratado de Demétrio, escrito provavelmente entre os séculos I a. C. e I d. C., foi uma das primeiras obras a expor regras teóricas sobre epistolografia. O autor afirma que a carta “deve ser algo mais elaborado que o diálogo, pois, enquanto o diálogo imita alguém que improvisa, a carta, de outra forma, é escrita e enviada a alguém, como se fosse um presente” (TIN, 2005, p. 19). Assim, o estilo simples deveria prevalecer, aproximando-se de uma conversa entre amigos.

O filósofo Marco Túlio Cícero (106-43 a. C.) também não escreveu nenhum tratado sobre o gênero, mas há em alguns dos seus textos e cartas diversos conceitos a respeito da arte epistolográfica. Tais registros foram redescobertos no período do Renascimento, período em que cresce um certo interesse na revisão do gênero epistolar. Cícero divide a correspondência em abertura, setor central e conclusão. A carta se configuraria como um substituto da comunicação oral e da presença física e a parte da abertura é a que “prepara para o ‘encontro’, identificando e aproximando o remetente do destinatário.” (TIN, 2005, p. 22). Seus escritos sobre o gênero epistolar seriam os mais seguidos e admirados pelos séculos posteriores.

Os primeiros tratados teóricos formalizados sobre a escrita epistolar surgem a partir do século XI, período em que a Europa medieval passa por grandes transformações. Segundo Tin (2005, p. 31), em razão dos negócios públicos, fossem civis ou eclesiásticos, se exigiu um estilo formalmente mais rígido. O período – chamado de *ars dictaminis* no campo da epistolografia – foi marcado por rigidez e formalismos até mesmo exagerados, se comparados com os séculos seguintes.

É nesse contexto que o chamado Anônimo de Bolonha produz as *Rationes dictandi*, datadas do ano 1135. O teórico, citado por Tin (2005, p. 37), define a carta como “o adequado arranjo das palavras assim colocadas para expressar o sentido pretendido por seu remetente” ou “um discurso composto de partes ao mesmo tempo distintas e coerentes, significando



plenamente os sentimentos de seu remetente”. O tratado ainda divide a carta em cinco partes – *salutatio, captatio benevolentiae, narratio, petitio e conclusio* – cada uma delas com regras formais particulares a serem seguidas. Na visão de Vasconcellos (2008), tais formalizações irão se simplificar e, de alguma forma, permanecer até os dias atuais:

Teremos então uma saudação, a apresentação da mensagem, a narração propriamente dita e a despedida, sendo que a introdução e a despedida constituíram, em alguns momentos da história, verdadeiros exercícios de preciosismo (p. 375)

O cenário da arte epistolar muda completamente e tem seus preceitos revistos a partir do século XV. É nesse período que as cartas de Cícero são recuperadas e a epístola dita humanística destaca-se, com o surgimento de inúmeros tratados sobre o gênero. Desidério Erasmo (1469 - 1536), mais conhecido como Erasmo de Rotterdam, e Justo Lúpsio (1547 - 1606) escreveram os ensaios mais conhecidos e bem acabados.

Erasmo escreveu três tratados sobre a escrita de cartas. Observemos aqui que as suas definições em muito se parecem com as elaboradas já na Antiguidade, sobretudo no que se refere ao estilo simples de redação. Na visão de Erasmo, citado por Tin (2005, p.51-52), a carta é “um colóquio entre ausentes (...) o estilo epistolar deve ser simples e mesmo bastante descuidado, no sentido de um descuido estudado”. O autor também lembra que é a finalidade da carta que deve determinar seu estilo, adaptando-se aos momentos e às pessoas.

O humanista Justo Lúpsio apresentou o seu tratado *Epistolica institutio*, publicado em 1590, como um manual destinado a alunos e jovens. Assim como os outros teóricos já mencionados, define a carta como uma “notícia escrita de um espírito a outro ausente, ou quase ausente” (TIN, 2005, p. 61). Lúpsio dedica um capítulo inteiro ao estilo coloquial – que, segundo o autor, é o adequado à carta –, e recomenda a observância de cinco pontos: brevidade, clareza, simplicidade, elegância e decoro. Quanto à organização da carta, sugere que seja negligenciado ou inexistente, “como nas conversas de algo descuidado e desorganizado” (TIN, 2005, p. 61).

Já em 1845, o padre português J. I. Roquete publicou o livro *Código do bom-tom: regras da civilidade e do bem viver no século XIX*, baseado na etiqueta francesa. Entre os guias de boa conduta direcionados a ocasiões como bailes, reuniões, saraus e jantares, havia um capítulo intitulado “Das cartas”, no qual o autor discorre sobre as normas inerentes às trocas epistolares. Na obra, Roquete também faz advertências quanto à caligrafia e o tipo de papel escolhido para a correspondência.

## 2.2 Historiografia das trocas epistolares

A exposição desse desenvolvimento das origens histórias da investigação epistolográfica nos leva agora a traçar um breve percurso das trocas epistolares mais representativas, destacando a importância da correspondência nos estudos culturais e literários. Rebello (2007, p. 22) divide os diferentes tipos de epístolas encontradas na literatura latina em carta privada, carta pública, carta oficial, carta aberta, carta doutrinária ou científica, carta proêmio ou de dedicatória e carta poética. As cartas privadas, nosso objeto de estudo, seriam as que possuem características fixas como destinatários determinados – compreensíveis somente para eles –, e extensão geralmente curta; a carta pública se caracteriza pela destinação a um público mais amplo e a impessoalidade; a carta oficial seria aquela escrita de forma extremamente cuidada, geralmente com o objetivo de manter uma relação oficial entre indivíduos e comunidades; a carta aberta é marcada pela extensão longa e exposição de convicções morais próprias, tendo o objetivo de influir na opinião pública em geral; a carta doutrinária ou científica seria uma espécie de tratado de questões filosóficas, morais ou científicas, sendo o seu público abrangente; a carta proêmio ou de dedicatória compreenderia uma introdução a uma obra literária e a carta poética seria uma epístola em verso, de conteúdo variado, sempre dirigida a uma determinada pessoa.

No âmbito mundial, as cartas que Madame de Sevigné mandou para a sua filha Madame de Grignan são consideradas um clássico da literatura francesa. Desde que a filha mudou-se com o marido, Sevigné pareceu reverter sua dor pela ausência na forma de correspondência e chegou a manter um ritmo de duas cartas por semana durante 23 anos, somando um total de 1155 volumes. A coleção de epístolas foi postumamente publicada em 1726 com o nome *Cartas*. Marcadas pela escrita impecável, bom humor e espontaneidade, *Cartas* chegou a ser vista como o retrato da França do século XVII e Sevigné reconhecida como “repórter de seu tempo”. Gloria Carneiro do Amaral reconhece que essas epístolas são um caso peculiar e traz um problema diferente das outras:

Se, por um lado, trata-se de um documento, que, como todas as correspondências, insere-se no mundo não ficcional, na História, e, ainda por cima, envolve personagens históricos do porte de Turenne, Fouquet, La Rochefoucauld e até o rei Luís XIV, por outro, constitui seu único legado como escritora. (AMARAL, 2000, p. 19)

Ainda de acordo com a estudiosa, as *Cartas*, pouco a pouco, passam a ser examinadas como a expressão de uma individualidade e como texto literário. Se, por um lado, há críticos que analisam as epístolas com uma tendência ao enfoque biográfico, apresentando a marquesa como uma escritora acidental que involuntariamente produziu uma obra literária, por outro, também

há quem acredite que se trata de uma obra essencialmente literária, que deve, inclusive, ser lida como um romance.

Outros casos de trocas epistolares mundialmente famosas – que, inclusive, foram publicadas em coletâneas ou biografias após a morte de seus autores –, incluem as cartas trocadas entre a freira portuguesa Mariana Alcoforado e o Marquês de Chamilly, por quem teria se apaixonado; Hannah Arendt e intelectuais de sua época, entre eles Martin Heidegger; as milhares de cartas de Freud; as *Cartas de Amor* de Fernando Pessoa e Ofélia Queiroz; as cartas trocadas entre Karl Marx, sua família e o teórico Friedrich Engels e as cartas de Van Gogh para o seu irmão Théo. No Brasil, além das epístolas da escritora Clarice Lispector, nosso objeto de estudo, são reconhecidas as epístolas de Machado de Assis, Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Lima Barreto, Caio Fernando Abreu, entre outros.

No Brasil, há uma série de correspondências que nos permite traçar a história da identidade do país. A primeira, considerada como um marco zero para a construção da história brasileira, é o documento conhecido como *Carta a el-Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil*, no qual Pero Vaz de Caminha, escrivão de Pedro Álvares Cabral, escreveu para o rei português D. Manuel I em maio de 1500, quando “descobre” o Brasil. Caminha narra detalhadamente tudo o que viu, desde as belezas naturais da nova terra até seus habitantes, através de um ponto de vista externo, estrangeiro. O documento só se tornou público em 1817, por iniciativa do padre Manuel Aires do Casal, e atualmente encontra-se na Torre do Tombo, em Lisboa. Moraes (2005) observa os contrastes entre duas formas diferentes de organização cultural presentes no documento:

Acompanha-se a maneira pela qual Pero Vaz de Caminha constrói a imagem do ‘outro’ com os elementos de sua própria cultura. (...) o escrivão, representante da cultura europeia, católica e mercantilizada, imagina os nativos como páginas em branco onde se poderia imprimir ‘qualquer cunho que lhes quiserem dar’ (p. 26)

A carta de Caminha é um documento significativo dos relatos da expansão ultramarina europeia no século XV e XVI e, ainda hoje, atrai a atenção de historiadores e estudiosos da língua portuguesa e da literatura.

Logo após o período das expedições marítimas, outras cartas que marcaram a história do país foram as escritas pelos jesuítas que tinham a missão de catequizar os indígenas brasileiros. Para poder acompanhar as atividades dos missionários, a Companhia de Jesus, fundada pelo espanhol Inácio de Loyola, instaurou um sistema que se baseava no envio de cartas com relatos de atividades desenvolvidas. Somente entre 1524 e 1556 Inácio de Loyola escreveu 6.815 cartas. Segundo Vasconcellos (2008, p. 379), as cartas dos jesuítas diferem da

carta de Caminha pois, apesar do olhar estrangeiro ainda estar presente, “agora é o do estrangeiro que aqui permaneceu”.

Também podemos citar as *Cartas Chilenas*, poemas satíricos em versos brancos escritos com a estrutura de 13 cartas que, mesmo indiretamente, relacionam-se a outro período marcante na história brasileira: a Inconfidência Mineira. No poema, os personagens estão ocultos sob pseudônimos: o remetente, Critilo, é o autor Tomás Antônio Gonzaga; o destinatário, Doroteu, é Claudio Manuel da Costa, e o personagem Fanfarrão Minésio é o governador de Minas Gerais, Luís Cunha Meneses. O poema relata satiricamente os abusos de poder e atos corruptos ocorridos na cidade de Santiago, do governo do Chile, que, na verdade, era a cidade mineira de Vila Rica. De acordo com Vasconcellos (2008, p.380), através da sátira da sociedade mineira da época, “o Brasil passa agora a ser olhado por dentro”.

### **2.3 Aproximações históricas: correspondências e jornalismo**

Além de ser um meio de comunicação propriamente dito, a carta também possui estreita relação com a história do jornalismo no sentido de ser um veículo de informações – que posteriormente poderiam ou não se tornar notícias. Além disso, a massificação das trocas epistolares e a revolução nos sistemas de transmissão de informações ocorreram na mesma época, concomitantemente ao aperfeiçoamento do sistema postal – o correio –, que servia como meio de expedição para ambos. Por progresso do sistema de correios, entende-se o intervalo de tempo em que os transportes tornaram-se mais velozes e eficientes, sobretudo a partir da metade do século XIX, com a melhoria das estradas e o surgimento das linhas férreas.

Os sistemas postais, contudo, sempre foram fundamentais para a construção de uma temporalidade jornalística: “se o sistema de impressão tornou os jornais possíveis, sistemas postais seguros tornaram a transmissão de notícias algo prático e, também, lucrativo” (POPKIN apud FRANCISCATO, 2005, p. 43). O já comentado aperfeiçoamento do sistema de correios foi algo gradativo. Antes disso, mesmo com os sistemas postais funcionando normalmente no início do século XVII na Europa, “havia ainda irregularidades na entrega de notícias, o que tornava o serviço de mensageiros, viajando por barcos ou cavalos, um trabalho necessário” (WOOLF apud FRANCISCATO, 2005, p.43).

Manter uma rede de correspondências de informações regulares sobre os principais eventos do continente através do sistema dos correios era considerado um procedimento caro e para poucos. Principal sistema de comunicações até a invenção do telégrafo, os serviços postais

exerceram um papel relevante para a imprensa da época. Sobre o serviço, Franciscato (2005) afirma que:

Eles condicionavam o tempo de produção de uma notícia, pois o tempo de entrega de uma correspondência enviada por um repórter de uma cidade próxima ou distante (até mesmo em outro país) relatando um evento para a sede do jornal em que trabalhava indicaria já um tempo considerável de ‘atraso’ entre a ocorrência e sua transformação em relato jornalístico impresso. Somar-se-ia a este intervalo um tempo adicional da venda ou entrega do jornal ao público final. (FRANCISCATO, 2005, p. 43-44)

Observando a relação das correspondências com as redações, parece correto dizer que, de certa forma, elas atuaram como constituintes da formação e história do jornalismo. Os repórteres sediados em cidades distantes e encarregados de relatar os acontecimentos à sede do jornal são conhecidos até hoje como correspondentes. Sobre a atuação de correspondentes na imprensa alemã do século XVII, Schoder (apud FRANCISCATO, p. 44) lembra que “Os jornais recebiam informações de seus correspondentes pelo correio (...). Cada edição dos jornais continha em média seis a oito cartas de correspondentes”. Atualmente, são populares no meio jornalístico termos derivados como “correspondentes de guerra”, “correspondente internacional”, “correspondente estrangeiro” etc.

O ciclo dos correspondentes jornalísticos que utilizavam as correspondências para se comunicarem com as redações tem seu fim com o surgimento da tecnologia do telégrafo, na primeira metade do século XIX, e das transmissões experimentais do telefone, no final do mesmo século. A imprensa rapidamente adere à nova tecnologia de transmissão de informações à distância, pois “o telégrafo, ao acelerar a velocidade das notícias e tornar possível sua transmissão contínua, fragmentou o relato de eventos noticiosos em desenvolvimento em segmentos menores e mais frequentes” (BLONDHEIM apud FRANCISCATO, 2005, p. 45). Assim, as cartas pessoais e o sistema dos correios perderam gradativamente sua importância como meio para a transmissão de notícias.

## **2.4 Sigilo e divulgação**

Além dos aspectos históricos e literários intrínsecos à escrita epistolar, convém abordar a questão do sigilo, que, assim como os outros, também é de extrema importância. Antigamente, as cartas eram seladas com lacre, geralmente contendo impresso um brasão da família. Hoje, as correspondências ficam dentro de um envelope fechado, algumas vezes contendo a informação “confidencial” e o correio eletrônico é protegido por uma senha pessoal que possibilita o devido acesso. Segundo Rodrigues (2003, p. 27), as técnicas mencionadas asseguram o “o caráter

confidencial e secreto das mensagens epistolares”. Vasconcellos (2008, p. 374) também destaca o caráter íntimo e confidencial das cartas, acrescentando que suas informações “fazem parte do espaço privado, inviolável, onde os envolvidos são o autor ou signatário, a pessoa a quem é dirigida – o destinatário, e muitas vezes uma terceira pessoa, da qual se fala”.

Por causa dessas características, os missivistas muitas vezes usam o espaço da carta para desabafar com os seus destinatários, e sentimentos íntimos são manifestados e revelados. É o caso do escritor modernista Mário de Andrade, que certa vez ordenou ao seu amigo Manuel Bandeira, em carta de novembro de 1924: “Se eu morrer amanhã não quero que você as publique. Nem depois da morte de nós dois” (apud RODRIGUES, 2003, p. 27). Recentemente, em junho de 2015, o escritor foi assunto da imprensa brasileira quando uma carta inédita a Manuel Bandeira, datada de abril de 1928, foi publicada. No documento, Andrade cita e admite ao amigo a sua “tão falada homossexualidade”. Antes dessa data, a carta em questão havia sido vetada a pesquisadores, inclusive do volume *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*, de Marcos Antonio Moraes, publicado em 2000 pela editora Edsup/IEB.

Assim que é recebida, a carta torna-se propriedade do destinatário, que pode escolher o que fará com ela. Ele pode simplesmente ler e jogar fora, ou guardar e deixar para a posteridade. Gomes (2004) chama esse processo de *pacto epistolar*:

A escrita epistolar é, portanto, uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos. Isso ocorre em sentido duplo, tanto porque se confia ao “outro” uma série de informações e sentimentos íntimos, quanto porque cabe a quem lê, e não a quem escreve (o autor/editor), a decisão de preservar o registro. A ideia de pacto epistolar segue essa lógica, pois envolve receber, ler, responder e guardar cartas (p. 19)

Vasconcellos (2008, p. 380-381) conclui que a correspondência é um texto que, a princípio, não deve ser publicado, mas “nem sempre se respeita este estatuto, pois muitas vezes é um documento rico de informações históricas, biográficas, literárias e artísticas, mesmo que apresentadas de forma fragmentada”. Ainda segundo a autora, quando publicado, a carta adquire novo *status*, passa da esfera do privado para o público e a crítica passa a poder opinar sobre as informações representadas.

A respeito da publicação póstuma de cartas de escritores, Rocha (1965) assinala que o interesse dos leitores por esse tipo de material pode estar relacionado à ilusão de um convívio com o artista que se admira, e acrescenta que a publicação impressa das cartas está ligado a uma “astúcia comercial”. Assim, segundo a estudiosa, o leitor “procura saber como ele reagia às solicitações do dia a dia, e o que diz a propósito dum aniversário, dum inimigo, duma mulher ou duma doença” (ROCHA, 1965, p. 22). No Brasil, as publicações sobre correspondências são

as mais variadas, indo desde os artistas consagrados já comentados, até figuras políticas como Luis Carlos Prestes, que escreveu cerca de 900 cartas familiares e amorosas enquanto era prisioneiro do Estado Novo – os documentos foram posteriormente publicados em três volumes na coleção *Anos Tormentosos: Correspondência da Prisão (1936-1945)*. Para Vasconcellos (2008), tais documentos permaneceram presos em arquivos públicos por muito tempo, e só recentemente passaram a ter valor como fonte primária, tendo os pesquisadores se “conscientizado de que podem encontrar nela dados relevantes, além de ser um importante documento para revelar o processo criativo” (p. 382).

## 2.5 Valor biográfico

A justificativa do valor biográfico e memorialístico certamente é a mais usada para explicar as sucessivas coleções impressas de epístolas publicadas posteriormente à morte de seus autores. De fato, as epístolas são um prato cheio para tentar compreender a fundo a mente e os sentimentos experimentados por seus remetentes. Como Rocha (1965, p. 24) bem assinala, “incontestavelmente é a carta uma revelação da personalidade íntima no que tem de mais superficial como de mais profundo, a começar pela própria letra”. Ainda segundo a autora, cada carta contribui, pouco a pouco, para individualizar o autor. Vasconcellos (2008) conclui que, além de o signatário falar ao seu interlocutor como se estivesse presente, “mais do que isto, por detrás da máscara, diz certas verdades ou expõe certos pensamentos” (p. 381).

Em razão disto, podemos afirmar que a epistolografia possui uma estreita relação com a autobiografia – conteúdo que iremos abordar mais adiante. Rodrigues defende a ideia de que cada carta oferece uma oportunidade de transitar pela história da intimidade humana, através das relações entre os correspondentes:

Situada num terreno intermediário entre o ficcional e o histórico, entre o prosaico e o poético, a literatura epistolar traz à luz perfis que vão sendo desenhados com a caligrafia daqueles que insistem em ignorar a distância e a separação física. Em muitos casos desenvolvem-se verdadeiros auto-retratos (RODRIGUES, 2003, p. 26)

Assim, se a correspondência do missivista em questão for vasta e variada, poderíamos traçar sua trajetória de vida, acompanhando-o da mocidade até a velhice. Como já comentado, a arte epistolar exige tempo, disciplina e reflexão particulares. Essa escrita pode, então, ser entendida como um ato terapêutico para quem escreve e para quem lê. De acordo com Gomes (2004, p. 19-20), o ato de escrever para si e para os outros “atenua as angústias da solidão,

desempenhando o papel de um companheiro, ao qual quem escreve se expõe, dando uma ‘prova’ de sinceridade.”

As cartas mudam de acordo com a época, e além do conteúdo intimista, com reflexões, confidências e expressão de sentimentos, também é esperado que o seu conteúdo traga novidades do cotidiano da vida pública em geral. Vasconcellos (2008, p. 381) assinala que existe um “*status* peculiar entre o autor (signatário) e o leitor (destinatário), tendo muitas vezes valor de crônica”. Consideremos, assim, o valor memorialístico que cada conjunto de cartas constitui para entendermos o contexto de sua época.



### 3 A ESCRITA DE SI

Como vimos, o texto oriundo das correspondências originadas do âmbito privado é marcado por traços subjetivos que signatários imprimem a suas cartas e, deste modo, podemos pensar na escrita epistolar como um fazer autobiográfico, ou como possibilidade de escrita de si. Escrita de si, escrita autobiográfica, escrita autorreferencial, literatura confessional, histórias de vida e narrativas de vida são expressões que representam um gênero de escritura onde o autor fala de si. Segundo Gomes (2004, p. 10) esta escrita integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental e tal denominação “pode ser mais bem entendida a partir da ideia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos.”

Existe um certo consenso na literatura que trata da escrita de si de que a data de divulgação de sua prática ocorreu, aproximadamente, no século XVIII, quando indivíduos “comuns” passaram a produzir uma memória de si. Segundo Gomes (2004), esse processo é marcado pelo

surgimento em língua inglesa, das palavras biografia e autobiografia no século XVII, e que atravessa o século XVIII e alcança seu apogeu no XIX, não por acaso o século da institucionalização dos museus e do aparecimento do que se denomina, em literatura, romance moderno. Isso, atentando-se também para a emergência da figura de um cidadão moderno, dotado de direitos civis (século XVIII) e políticos (no XIX). Um processo longo e complexo, que permaneceu em curso durante o século XX, embora sofrendo o impacto das grandes transformações ocorridas na área das comunicações, primeiro com o telefone e, mais recentemente, com o e-mail. (GOMES, 2004, p. 10-11)

Pretende-se, neste capítulo, uma apreensão da noção de escrita de si, começando pela análise de Foucault (1992) sobre a prática na Antiguidade greco-romana. Para discutirmos a concepção *foucaultiana* de escrita de si, faz-se necessário o debate sobre a produção de subjetividade em relação com a escrita. Para tal, além de expor a noção de escrita de si, explicaremos também a noção de cuidado de si, intrínseco a esta, e também os modos de subjetivação propostos pelo autor. Por fim, apresentaremos o surgimento e as transformações da escrita de si na modernidade, e também mostraremos as definições mais recentes a respeito do texto autobiográfico, sobretudo as pesquisas de Philippe Lejeune (2008), Elizabeth Duque-Estrada (2009), Leonor Arfuch (2010) e Paula Sibilia (2008).

#### 3.1 A escrita de si na Antiguidade greco-romana

Ainda que a escrita autobiográfica propriamente dita tenha o seu início na modernidade, tem-se na escrita dos *hypomnemata* e da correspondência, na Antiguidade, um ponto de partida

para a pesquisa histórica da escrita em primeira pessoa. A escrita de si é uma prática historicamente comum entre os sujeitos dos mais diversos campos sociais. Michel Foucault retoma a Antiguidade greco-romana no ensaio *O que é um autor* e adverte que entre os Pitagóricos, Socráticos e Cínicos “não se pode aprender a arte de viver, a *tekne tou biou*, sem uma *askesis*, que é preciso entender como um adestramento de si mesmo” (FOUCAULT, 1992, p.132). A escrita de si estaria entre essas formas de adestramento de si focado à arte de viver (que abrangia abstinências, memorizações, exames de consciência, meditações, silêncio e escuta do outro), contribuindo para uma formação de si. Klinger (2006, p. 26) afirma que a escrita como exercício pessoal também constituiria outra etapa para o processo da *askesis*, a etapa de “elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação.” De maneira que a escrita, como treino de si, teria uma função *etopoiética*, como “um operador da transformação da verdade em *ethos*” (FOUCAULT, 1992, p. 134).

Assim, nos séculos I e II, essa escrita de si *etopoiética* se materializava em duas formas distintas: os *hypomnemata* e a correspondência. Os *hypomnemata* eram cadernetas individuais nos quais se anotavam citações, fragmentos de obras ou pensamentos ouvidos. O seu uso como livro de vida ou guia de conduta era comum entre um público cultivado. Ao contrário dos diários da literatura cristã, os *hypomnemata* não tinham o objetivo de revelar o que está oculto, mas sim de dizer o já dito. Mesmo com esta suposta falta de singularidade, “a escrita como exercício pessoal praticado por si e para si é uma arte da verdade contrastiva” (FOUCAULT, 1992, p. 141). É, portanto, uma escrita que está inclinada para uma constituição de si e, desta forma, para o cuidado de si. O autor conclui que o papel da escrita seria constituir, com tudo o que a leitura constituiu, um corpo, “o próprio corpo daquele que, ao transcrever as suas leituras, se apossou delas e fez sua a respectiva verdade: a escrita transforma a coisa vista ou ouvida ‘em forças e em sangue’” (FOUCAULT, 1992, p. 143).

A missiva, mesmo sendo por definição um texto destinado a outrem, também dá lugar a um exercício pessoal e é um dos modelos mais completos de escrita de si. Foucault (1992, p. 145) assinala que a carta possui uma dupla função que muito se aproxima dos *hypomnemata*, pois “a carta enviada atua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como atua, pela leitura e a releitura, sobre aquele que a recebe”. Apesar dos pontos comuns, a correspondência não deve ser encarada como prolongamento da prática dos *hypomnemata*, pois seria algo mais do que “um adestramento de si próprio pela escrita, por intermédio dos conselhos e opiniões que se dão ao outro: ela constitui também uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros” (FOUCAULT, 1992, p. 149).

Assim, conforme o que já foi dito no capítulo anterior, escrever cartas seria como mostrar-se, dar-se a ver, fazer-se aparecer de corpo e alma junto ao outro. Além disso, o traço à mão de um remetente amigo, impresso nas páginas, proporciona a sensação de presença e reconhecimento. A escrita de cartas implica, tanto para o escritor da carta quanto para o destinatário, uma introspecção, mas “esta menos como uma decifração de si por si mesmo do que como uma abertura de si mesmo que se dá ao outro” (FOUCAULT, 1992, p. 151-152). Para o autor,

A reciprocidade que a correspondência estabelece não se restringe ao simples conselho ou ajuda; é ela a do olhar e do exame. A carta que, na sua qualidade de exercício, labora no sentido da subjetivação do discurso verdadeiro, da sua assimilação e da sua elaboração como “bem próprio”, constitui também e ao mesmo tempo uma objetivação da alma.” (FOUCAULT, 1992, p. 151)

Klinger (2006, p.27), citando Foucault, afirma que as cartas de Sêneca evocam frequentemente dois princípios: o de que é necessário adestrar-se durante toda a vida, e o de que sempre se precisa da ajuda de outro na elaboração da alma sobre si mesma. A carta se articulava, então, com a prática do exame de consciência. Segundo Foucault, tratava-se de “fazer coincidir o olhar do outro e aquele que se volve para si próprio quando se aferem as ações cotidianas às regras de uma técnica de vida.” (FOUCAULT, 1992, p. 160)

Nas correspondências de Sêneca e Marco Aurélio, a narrativa de si é a narrativa da relação de si, e dois elementos, que com o tempo se tornam temas básicos da escrita de si, se destacam: as intervenções da alma e do corpo e os lazeres; o corpo e os dias. As notícias sobre saúde já fazem tradicionalmente parte da correspondência, porém, pouco a pouco “adquirem a dimensão de uma descrição detalhada das sensações corpóreas, das impressões de mal-estar, das diversas perturbações que se terão podido experimentar” (FOUCAULT, 1992, p. 153). Também são comuns os relatos da vida cotidiana nas cartas. Relatar o seu dia, não por causa da importância dos acontecimentos dele, mas sim para atestar a qualidade de um modo de ser, sempre foi parte da escrita epistolar. Quando essa narrativa de si, demonstrada na prática epistolar, se faz narrativa de um dia vulgar, ela se abeira de uma de uma prática à qual Seneca faz alusão em uma de suas cartas: “o muito útil hábito de ‘passar em revista o seu dia’: é o exame de consciência” (SÉNECA apud FOUCAULT, 1992, p.156). Segundo Foucault,

Nada indica que esta ‘revista do dia’ tenha tomado a forma de um texto escrito. Parece pois ter sido na relação epistolar - e por consequência, para se colocar a si mesmo sob o olhar do outro - que o exame de consciência foi formulado como um relato escrito de si próprio: relato da banalidade cotidiana, relato das ações corretas ou não, do regime observado, dos exercícios físicos ou mentais aos quais cada um se entregou. (FOUCAULT, 1992, p. 157)

### 3.1.1 Cuidado de si e modos de subjetivação: breve histórico

A noção *foucaultiana* de escrita de si, com os *hypomnemata* e a correspondência, está intimamente ligada à noção de cuidado de si. Esta escrita demonstra que, para os gregos, o cuidado de si configurava uma das grandes regras de conduta de vida. E considerando o cuidado de si como um comportamento que resulta em outros em que o sujeito tende a exercer um ato reflexivo, a escrita de si seria um desses atos em que o agente se desdobra em uma entidade a ser revista. Segundo Silva (2013, p. 20) “o sujeito da escrita de si revê seu passado com um intuito que muitas vezes se localiza na fronteira entre a reorganização de sua vida e a remissão por alguns de seus atos”. Desse modo, a escrita de si é capaz de “promover coerência e unicidade às subjetividades fragmentadas e isso acontece em função das características próprias do discurso narrativo escrito que (...) ganha contornos circulares em uma lógica do princípio, meio e fim” (JOVIANO, 2008, p. 4).

Em seu curso *A Hermenêutica do Sujeito*, Foucault (2006) propôs-se a recuar da noção tradicional de *gnôthi seautón* (conhece-te a ti mesmo) para a noção de *epiméleia heautoû* (cuidado de si). Esta, retratada como:

(...) um *corpus* definindo uma maneira de ser, uma atitude, formas de reflexão, práticas que constituem uma espécie de fenômeno extremamente importante, não somente na história das representações, nem somente na história das noções ou das teorias, mas na própria história da subjetividade ou, se quisermos, na história das práticas da subjetividade. (FOUCAULT, 2006, p. 15)

É no cuidado de si, preceito de vida altamente valorizado por toda a cultura grega, helenística e romana, que aparece o sujeito que observa, se preocupa e cuida de si mesmo. Esse momento é interrompido com a chegada da cultura cristã, em que o conhece-te a ti mesmo passa a modelar o pensamento do ocidente. No mundo cristão, o ato de conhecer-se não estava ligado a um movimento que conduz o indivíduo a cuidar-se de si, mas sim pela forma pela qual o indivíduo renunciava ao mundo, como uma espécie de combate às fraquezas do eu, comumente associadas ao prazer e ao mal. Segundo Klinger (2006, p. 28), assim “o cristianismo constrói outra concepção da subjetividade, em cujo fundamento está a renúncia: é pela renúncia ao mundo terreno que a subjetividade se forja face a um Deus impessoal e onipotente”. A partir disto, nossa moral compreende que o si é a instância que se pode rejeitar. Klinger (2006, p 28-29), citando Foucault, conclui que, em princípio, nos inclinamos a “considerar o cuidado de si como qualquer coisa suspeita, imoral, como uma forma de egoísmo em contradição com o interesse que é necessário ter em relação aos outros ou com o necessário sacrifício de si mesmo”.

Na Antiguidade, porém, a ética como prática de liberdade girava em torno do “cuida de ti mesmo”. Foi nos gregos que Foucault buscou as práticas que produzissem subjetividades, a partir de modos de subjetivação, que nos remetem também às suas análises acerca da estética da existência e das técnicas de si. Segundo Gros (2006, p. 618), quando Foucault (1994) analisa as tecnologias associadas ao cuidado de si dos gregos, ele assinala que tais técnicas de si eram indissociadas do cuidado dos outros e construídas no sentido da busca da boa vida, da transformação da vida numa obra de arte, da busca de uma estética da existência. Na sua chamada fase ética (que se deu nos anos 80, onde produziu os dois últimos volumes de *História da sexualidade: O uso dos prazeres e O cuidado de si*), o autor as entende como uma "relação de si para consigo", em que é necessária uma análise dos modos de subjetivação que nos transformam em sujeitos. Sobre as chamadas artes da existência, o autor comenta que:

Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 1984, p. 15)

Esta arte da existência está ligada com a questão do si mesmo, da sua própria dependência e independência, da sua “forma universal e do vínculo que se pode e deve estabelecer com os outros, dos procedimentos pelos quais se exerce seu controle sobre si próprio e da maneira pela qual se pode estabelecer a plena soberania sobre si” (FOUCAULT, 1985, p. 234). É a partir de uma estética da existência, juntamente com as denominadas técnicas de si, que as práticas de subjetivação – como processo de construção de si mesmo – são representadas, os indivíduos fazem as suas próprias regras de conduta e transformam-se. As técnicas de si ou tecnologias do eu seriam práticas como a confissão, a culpabilização, o exemplo de vida e a auto-avaliação, e podem ser definidas como os procedimentos “pressupostos ou transcritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si” (FOUCAULT, 1997, p. 109). São as práticas que permitem aos indivíduos efetuar, por conta própria ou com a ajuda dos outros, “operações sobre seu corpo, sua alma, pensamentos, conduta, ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade” (FOUCAULT, 1995, p.48).

Em seus estudos anteriores, Foucault tratava a objetivação do sujeito através das relações de poder e normatizações dos indivíduos. Já nas análises acerca da estética da

existência, técnicas de si e cuidado de si, predominam uma soberania e um governo sobre si mesmo. Segundo Sales (2008, p. 8), “se por um lado ele denuncia as composições de poder que nos regem e definem nossas identidades, por outro lado ele instiga as potências da subjetivação que instauram”. E é no conjunto dessas duas ações que encontra-se “a filosofia que aparece como um instrumento, uma ferramenta que viabiliza (ou pretende viabilizar) uma certa experiência de liberdade” (SALES, 2008, P. 8). Para Gros (2006, p. 618), a partir das análises dos textos da Antiguidade, como os de Sêneca e Marco Aurélio, é possível concluir que o sujeito e a verdade não estão vinculados aqui, como no cristianismo, pelo exterior e como que por um poder que vem de cima, mas por uma escolha irreduzível de existência. Assim, era possível “um sujeito verdadeiro, não mais no sentido de uma sujeição, mas de uma subjetivação” (GROS, 2006, p. 618). O estudioso conclui que a elaboração de uma ética de si é, antes de tudo, o “fazer da própria existência, desse material essencialmente mortal, o lugar de construção de uma ordem que se mantém por sua coerência interna” (GROS, 2006, p. 643). A estética da existência se constituiria, então, como uma forma de resistência aos poderes que pretendem estabelecer uma vida normalizada.

Os modos de subjetivação podem ser continuamente transformados, sobretudo em períodos de ruptura histórica. A época do ascetismo cristão, conforme comentamos, foi marcada pelos julgamentos morais, penitências e purificações e, assim, abriu caminho para a produção de um modo de subjetivação distinto. Essa moral de natureza coletiva é capaz de se modificar e perpassar diferentes períodos, inclusive a era moderna não-cristã, marcada por uma ética geral. De acordo com Cleudemar Fernandes (2011):

Essa ética se manifesta pela linguagem e implica materialização de diferentes discursos sobre esse mesmo tema. Em sua relação com os sujeitos, visa a produzir e/ou modificar a subjetividade para inseri-los em espaços sociodiscursivos nos quais se objetivarão como sujeitos singulares, inscritos em lugares de verdade, e portadores de determinadas identidades. (p. 9)

A partir disto, podemos entender que a prática da subjetividade após o período de ascetismo cristão, de certa forma, se apresenta como uma atividade, uma forma de constituição do sujeito possibilitada por discursos que lhes são interiores e exteriores. Mesmo as atividades ligadas ao conhecimento e cuidado de si, como “exercitar-se e treinar”, “estar atento a si”, “voltar o olhar para si” e “examinar a si” (FOUCAULT, 2006, p. 105), estariam voltadas sempre para determinados objetivos, “exteriores ao sujeito, mas que ganham lugar na subjetividade, atuam em sua produção, colocam o sujeito em ação, o fazem mover e deslocar-se” (FERNANDES, 2011, p. 10). Por exteriores, entende-se o registro do social, ou seja, os encontros vivenciados com o Outro. Longe de gerar inatividade, o cuidado de si permite ao

sujeito descobrir-se como membro de uma comunidade humana, que pode se estender desde os laços mais estreitos de sangue até a toda espécie. O cuidado de si é, portanto, atravessado pela presença do Outro, que pode se apresentar como correspondente a quem se escreve e diante de quem se revela. Não é “uma exigência de solidão, mas uma verdadeira prática social (...), um intensificador das relações sociais” (FOUCAULT, 2006, p. 650).

### **3.2 Escrita de si como ato biográfico: surgimento, transformações e definições**

Como vimos, há um certo consenso entre os pesquisadores que tratam da escrita de si de que a data de reconhecimento e disseminação de sua prática ocorreu, aproximadamente, no século XVIII, em paralelo à emergência da figura de um cidadão moderno, dotado de direitos civis e políticos (séc. XIX). Essas práticas de produção de si englobam diversas atividades, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como as autobiografias e os diários –, até a da constituição de uma memória de si, realizada principalmente pelo recolhimento de objetos materiais. Para Gomes (2004, p. 11), em todos esses exemplos considerados como atos biográficos, os indivíduos e grupos “evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas”.

A literatura íntima começa a se definir enquanto gênero desde o momento em que a sociedade burguesa se estabelece (século XVIII) e a noção de indivíduo define-se, período no qual o homem ocidental adquire uma convicção histórica de sua existência. Essa literatura, segundo Remédios (1997, p. 10), alcança “função cultural significativa e tomando parte da grande revolução intelectual marcada pelo historicismo”. Nela, o homem se satisfaz ao desenhar sua própria imagem, “porque se considera como centro de um espaço vital” (REMÉDIOS, 1997, p. 11). Foi também com o advento do homem moderno, então, que as possibilidades de uma escrita sobre si como forma de expressão subjetiva eram postas em prática. Tal fato é possibilitado, como explica Teixeira (2003, p. 41), pelo mundo iluminado com ênfase na razão como critério de conhecimento e julgamento. É a partir deste momento que a noção de indivíduo se configura, através de “uma diferente contextualização no social da constituição de uma interioridade e, em consequência, de uma relação diversa com a vida privada” (TEIXEIRA, 2003, p. 41). Essa relação tem suas origens nas transformações das sociedades modernas, que são individualistas, pois se legitimam com base em um contrato político-social que reconhece todos os indivíduos como livres e iguais, garantindo assim sua autonomia. A partir disto,

conforme aponta Gomes (2004, p. 12), é concedido à vida individual “uma importância até então desconhecida, tornando-a matéria digna de ser narrada como uma história que pode sobreviver na memória de si e dos outros”. Segundo Teixeira (2003),

Através da descentração, que lhe é possível pela individualidade, o homem se permite uma visão crítica da realidade, das instituições sociais. Sua identidade é construída por ele próprio, já que, podendo se descentrar de seus ambientes, julga-os, não estando mais em uma relação de ser determinado por eles. Assim, o homem se constrói no social, ou melhor, individualiza-se no social, passando a ser marcado pela constituição de algo que lhe é interior, privado e próprio. (p. 42)

Portanto, o espaço do privado é o local onde o sujeito se constitui indivíduo, possibilitando a vivência da interioridade e construindo-se através da diferença com o meio. A relação do homem com a vida privada consiste, conclui Teixeira (2003, p. 42), como fundamental, “apontando para certa desnaturalização da experiência humana, já que mesmo que se defina como produto do meio, algo denuncia sua diferença, algo que lhe é privado, que lhe diz respeito, que tem sua marca”.

O ato de escrever sobre a sua própria vida e a vida de outros – assim como o de escrever cartas – é praticado há muito tempo, mas aqui, na mudança da chamada sociedade tradicional para a sociedade do individualismo moderno, seu significado adquire marcas específicas. O ponto central, como aponta Gomes (2004, p. 11), é que “através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado”. Além disto, é importante lembrar que a desconstrução da noção clássica de sujeito tem como horizonte “a abertura para a compreensão de uma subjetividade sempre em devir, de processos de subjetivação que não atendem a nenhuma finalidade preconcebida, pois elas só se processam no acontecer contínuo e aleatório da própria vida” (DUQUE-ESTRADA, 2009, p. 39). E é no espaço aberto pela divisão entre o público e o privado que se pôde emergir e se desenvolver a subjetividade moderna.

O “eu” do indivíduo moderno comumente possui uma identidade que se fragmenta socialmente, construindo identidades que nem sempre são harmônicas. E é exatamente por essa fragmentação do indivíduo que “as práticas culturais de produção de si se tornam possíveis e desejadas, pois são elas que atendem à demanda de uma certa estabilidade e permanência através do tempo” (GOMES, 2004, p.13). Assim, esse tipo de escrita é transformado em

uma prática de “domínio” do tempo, que, da mesma forma que o “eu”, precisa e pode ser ordenado e significado por um sujeito. Um tempo que contém possibilidades simultâneas, que oferece escolhas e que é experimentado de forma aberta – como presentes e futuros possíveis. (GOMES, 2004, p. 17)



É interessante ressaltar novamente que, na prática da escrita de si, o indivíduo que busca uma identidade própria e busca registrar sua vida não é mais o homem público ou “herói”, com grandes feitos em sua existência. O registro da memória do chamado homem comum e anônimo só aumenta com a sociedade moderna, com a grande difusão do saber ler, escrever e até mesmo fotografar. Essa mesma sociedade da intimidade que acabava por estimular e divulgar as práticas da escrita de si também atuava no sentido de exigir que essas novas e espontâneas formas de expressão do eu fossem codificadas. Ela estabelecia, segundo Gomes (2004, p. 16-17) “que a sinceridade, como os demais sentimentos, fosse submetida a mecanismos de contenção e aceitação social”. A escrita de si se torna, então, uma prática cultural estratégica que atua num “equilíbrio, sempre precário, entre expressão e contenção de si, que se traduz na distância entre autor e personagem do texto e que se manifesta nas muitas fórmulas consagradas de se escrever cartas, diários, memórias” (GOMES, 2004, p. 16-17).

Apesar de o período de produção e valorização da escrita de si pelos indivíduos tenha sido, de grosso modo, entre os séculos XVIII e XIX, tais escritos só passaram a ser considerados ricas fontes e objetos de estudo na segunda metade do século XX. Isso ocorre quando os pesquisadores trabalham com as linhas do individualismo moderno, que considera que o indivíduo é social e singular. Essa proposta específica de estudo valoriza a escrita de si e traz para análise principalmente a documentação dos indivíduos comuns, que se favoreceram da disseminação do ensino da leitura e escrita, ocorrida sobretudo pelo movimento das Luzes do século XVIII. Nessas análises, explica Gomes (2004, p. 20-21), “seus registros são tratados como uma estratégia eficaz de aproximação das experiências de vida de um tempo e lugar; como indícios da(s) cultura(s) de uma época e de uma certa configuração das relações sociais”.

Tendo em vista que as cartas – nosso objeto de análise – são espaços também de escrita autobiográfica, é importante marcarmos que a autobiografia se caracteriza, por parte do sujeito, de objetivar o eu que fala. Philippe Lejeune é um dos principais pesquisadores do tema, e em seu *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet* – livro que compila os seus principais textos sobre o assunto –, define a autobiografia como uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p.14). Pensando no próprio termo,

Gusdorf (1980) elabora o prefixo *auto* como referente à identidade, ao eu consciente de si próprio, ao sujeito complexo, elaborado em uma existência singular e autônoma; e o prefixo *bio*, no que se refere ao percurso vital, à continuidade desta identidade singular, ao desenvolvimento prático de uma existência, entre o eu e sua inserção no cotidiano e na realidade. A grafia do *auto* e do *bio* marca, portanto, uma separação entre o eu-escritor e o eu-escrito, representado, a partir da retomada da própria existência, como objeto problematizável. É uma reconstrução, uma reconquista de si; representa um

renascimento, pelo lugar distinto que o sujeito-escritor ocupa frente a sua vida, de modo crítico e reflexivo. (TEIXEIRA, 2003, p.45)

Desde que o Ocidente converteu a individualidade em valor, como já foi anteriormente comentado, “a impaciência de viver se desdobrou na impaciência de contar. E a narrativa real ou fingida da própria vida se tomou como tipo de história, mais confiável que o enredo de romances e novelas” (COSTA LIMA, 1986, p. 243). E, segundo o autor, é só a partir do Renascimento que se pode encontrar condições efetivas para o aparecimento da autobiografia.

A distinção entre ficção e autobiografia se mostra como frágil, tendo em vista que “o máximo que o autobiógrafo pode oferecer é um testemunho de boa-fé, e em relação ao ficcionista, tem direitos mais limitados, na medida em que não pode ‘inventar’, mas apenas relatar o vivido” (DUQUE-ESTRADA, 2009, p. 48). A autobiografia se caracteriza, então, por um caráter sempre instável, num limiar entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional. Lejeune (2008) estabeleceu o seu chamado pacto autobiográfico para tentar resolver esta questão. Este pacto seria um contrato de leitura firmado entre autor e leitor que estabelece a leitura autobiográfica de um texto: “o que define a autobiografia para quem a lê é, antes de tudo, um contrato de identidade que é selado pelo nome próprio” (LEJEUNE, 2008, p. 33). A identidade entre os nomes do autor, narrador e personagem implicaria, então, uma certa garantia de verdade ao leitor, como se fosse firmado um compromisso entre os dois. Essa garantia pode ser confirmada, pois, como no discurso científico ou histórico, o texto autobiográfico se propõe a fornecer informações sobre uma realidade externa ao texto. “Seu objetivo não é a simples verossimilhança, mas a semelhança com o verdadeiro. Não o ‘efeito de real’, mas a imagem do real” (LEJEUNE, 2008, p. 36).

Em texto recente, Leonor Arfuch (2010) reforça características que traçam um modo de operação próprio dos textos e estilos do seu chamado espaço biográfico. De acordo com ela

Um primeiro levantamento não exaustivo de formas no apogeu – canônicas, inovadoras, novas – poderia incluir: biografias, autorizadas ou não, autobiografias, memórias, testemunhos, histórias de vida, diários íntimos – e, melhor ainda, secretos – ,correspondências, cadernos de notas, de viagens, rascunhos, lembranças de infância, autoficções, romances, filmes, vídeo e teatro autobiográficos, a chamada *reality painting*, os inúmeros registros biográficos da entrevista midiática, conversas, retratos, perfis, anedotários, indiscrições, confissões próprias e alheias, velhas e novas variantes do show (*talk show, reality show*), a videopolítica, os relatos de vida das ciências sociais e as novas ênfases da pesquisa e da escrita acadêmicas. (ARFUCH, 2010, p. 60).

Tamanha disseminação do biográfico estaria longe de supor somente uma ampliação do território dos gêneros tradicionais para novas variáveis ligadas ao avanço da comunicação. Trata-se, segundo a estudiosa, de uma “verdadeira reconfiguração da subjetividade contemporânea” (ARFUCH, 2010, p.339). Essa possível reconfiguração do espaço das escritas

de si é que acaba sendo denominado pela autora como espaço biográfico, tendo como característica uma certa compulsão pela realidade e pela outridade – traços específicos da contemporaneidade. Tal perspectiva, que recupera os antigos modos de escrita de si, como os diários íntimos e trocas epistolares, contribui, de acordo com a autora, para compreender a acentuação do individualismo ou “de um retorno às ‘fontes’ do eu, à singularidade do sujeito; chame-se isso de nome, corpo, voz, experiência, talvez como proteção (...) da perda de certezas e da debilitação do laço social (...) do interesse comum sobre os particulares” (ARFUCH, 2010, p. 340-341).

Assim, o espaço biográfico estaria relacionado a uma busca de identidade e identificação, traços que contribuem também a um certo *voyeurismo* ou narcisismo e abrem caminho para novas indagações. É no intercâmbio de subjetividades que o espaço privado também pode se formar e se desenvolver. Os relatos epistolares se encaixam como importante exemplo, pois transcrevem quase que simultaneamente os sentimentos experimentados e, “com o frescor do cotidiano e do detalhe significante do caráter, propunham um leitor levado a olhar pelo buraco da fechadura com a impunidade de uma leitura solitária” (ARFUCH, 2010, p. 47).

Paula Sibilia, em seu livro *O show do eu: a intimidade como espetáculo* (2008), argumenta que a escrita de si ganha novos contornos com a chegada da web 2.0. Para ela, as palavras impressas foram aos poucos perdendo espaço e hoje dividem espaço com narrativas virtuais que, assim como as escritas de si tradicionais, também têm o papel de tecer e reorganizar a vida do sujeito que se narra. Segundo a autora, ao longo da última década,

a rede mundial de computadores tem dado à luz um amplo leque de práticas que poderíamos denominar “confessionais”. Milhões de usuários de todo o planeta – gente “comum”, precisamente como eu ou você – têm se apropriado das diversas ferramentas disponíveis on-line, que não cessam de surgir e se expandir, e as utilizam para expor publicamente a sua intimidade. Gerou-se, assim, um verdadeiro festival de “vidas privadas”, que se oferecem despidoradamente aos olhares do mundo inteiro. (SIBILIA, 2008, p. 25)

Para Sibilia (2008), essas novas formas de escrita de si surgem então como novas possibilidades de autoconstrução e tematização do *eu*. Esse novo tipo de escrita ainda mantém algumas de suas características básicas, como o uso da primeira pessoa, os relatos de experiências pessoais e registros da intimidade. A autora atenta que, neste século XXI, as personalidades estão sendo convocadas a se mostrarem. Em meio a uma sociedade altamente midiaticizada, percebe-se um deslocamento da subjetividade que antes era interiorizada, mas que agora são “construções de si orientadas para o olhar alheio ou ‘exteriorizadas’, não mais introspectivas ou intimistas” (SIBILIA, 2008, p. 23). Assim, a escrita de si configura-se como

uma prática que se atualiza com o tempo, ganhando contornos novos e distintos de acordo com o momento histórico em que é produzida.

## 4 AS CARTAS DE CLARICE

### 4.1 Sobre Clarice Lispector: breve biografia

Escrevo simplesmente. Como quem vive. Por isso, todas as vezes em que fui tentada a deixar de escrever, não consegui. Não tenho vocação para o suicídio. Uma jornalista me perguntou: Por que você escreve? Então eu lhe perguntei: Por que você bebe água? (LISPECTOR apud INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2004, p. 73)

Por mais que quisesse convencer aqueles que a idolatravam de que não passava de uma dona de casa que escrevia livros, Clarice Lispector era considerada como um mito, inatingível. Comumente rotulada como estrangeira, enigmática e hermética, Clarice foi uma das escritoras brasileiras mais importantes do século XX. Foi autora de uma vasta e diversificada obra literária, composta por romances, contos e crônicas.

Nasceu em Tchetchelnik, Ucrânia, então pertencente à Rússia, em 10 de dezembro de 1920. Terceira filha de Pinkouss e de Mania Lispector – o casal já tinha duas meninas, Leia e Tania –, foi registrada como Haia Lispector. Nádia Battella Gotlib, em cronologia sobre a vida da escritora publicada no volume dedicado a ela dos *Cadernos de Literatura Brasileira* – texto usado como base para esta parte de nosso trabalho –, descreve que o nascimento ocorre durante viagem de emigração da família em direção à América. Os pais, judeus decidem emigrar três anos após a Revolução Bolchevique de 1917, desanimados com as sucessivas guerras internas e a constante perseguição antissemita, que geravam fome e miséria. Mania Lispector sofre de paralisia progressiva e requer cuidados especiais.

Em março de 1922, depois de passar pela Romênia e embarcar no navio Cuyabá na Alemanha, a família chega em Maceió e é recebida por parentes de Mania. Por iniciativa de Pinkouss, todos, à exceção de Tania, mudariam de nome: o pai se tornaria Pedro; Mania, Marieta; Leia se transformaria em Elisa; e Haia – que significa vida, ou clara –, em Clarice. Três anos depois, a família muda-se para Pernambuco. Os Lispectors vão viver em um bairro habitado pela comunidade judaica em Recife. O pai de Clarice consegue emprego como mascate.

Clarice aprende a ler aos sete anos e, antes disso, já “fabulava”:

Eu ensinei a uma amiga um modo de contar histórias. Eu contava uma história e, quando ficava impossível de continuar, ela começava. Ela então continuava e, quando chegava a um ponto impossível, por exemplo, todos os personagens mortos, eu pegava. E dizia: ‘Não estão bem mortos’. (LISPECTOR apud IMS, 2004, p. 59)

Em 1930, no terceiro ano do curso primário, Clarice assiste a uma peça no teatro Santa Isabel e escreve *Pobre menina rica*, obra em três atos, cujos originais acaba perdendo. Naquele

mesmo ano, sua mãe morre, aos 41 anos. Quase três décadas depois, Clarice revela, na crônica *Pertencer*, publicada em 1968, que carrega carga de culpa pela sua morte:

Fui preparada para ser dada à luz de um modo tão bonito. Minha mãe já estava doente, e, por superstição bastante espalhada, acreditava-se que ter um filho curava uma mulher de uma doença. Então fui deliberadamente criada: com amor e esperança. Só que não curei minha mãe. E sinto até hoje essa carga de culpa: fizeram-me para uma missão determinada e eu falhei. Como se contassem comigo nas trincheiras de uma guerra e eu tivesse desertado. Sei que meus pais me perdoaram eu ter nascido em vão e tê-los traído na grande esperança. Mas eu, eu não me perdôo. (LISPECTOR apud IMS, 2004, p. 86)

Em 1931, seu pai encaminha, por meio da Secretaria de Justiça, Educação e Interior do Estado de Pernambuco, pedido de naturalização. Nesse mesmo ano, Clarice irá encaminhar “sem sucesso, vários contos para a seção *O ‘Diário’ das Crianças* do Diário de Pernambuco, e a razão para os escritos não serem publicados é uma só, conforme afirmará mais tarde: suas histórias não falavam de ‘fatos’, mas de ‘sensações’” (GOTLIB, 2004, p. 10).

Em 1935, muda-se para o Rio de Janeiro com o pai e as irmãs. Nessa época, termina o colegial e lê autores como Hermann Hesse – inspirada pelo autor, chega a escrever um conto cuja história não acaba nunca e que mais tarde destruiria –, Julien Green e Dostoiévski, além de autores da literatura portuguesa, como Júlio Dinis e Eça de Queiroz, e brasileiros, como Machado de Assis, José de Alencar, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz. Quatro anos depois, começa o curso superior na Faculdade Nacional de Direito.

É após a morte do pai, então com 55 anos, que a produção ficcional de Clarice aumenta. O conto *Trunfo* sai no semanário *Pan* em maio de 1940, sendo o primeiro registro de texto ficcional seu publicado na imprensa. Segundo Gotlib (2004, p. 12), a narrativa “traz temas que serão recorrentes na ficção de Clarice: as dificuldades do relacionamento amoroso, relatadas a partir das sensações de uma mulher que, abandonada pelo marido, em sua solidão descobre a força interior”. Em 1942, escreve o seu primeiro livro, *Perto do coração selvagem*, que acaba sendo publicado no ano seguinte pela editora *A Noite*. O livro foi constituído basicamente de rascunhos e escritos separados, unidos por sugestão do amigo Lúcio Cardoso, que também sugeriu o título. *Perto do coração selvagem* foi imediatamente aceito pela crítica, e a escrita de Clarice chegou a ser comparada com a de escritores como James Joyce e Virginia Woolf. Sobre as críticas e comparações da época, Clarice afirmou:

Não sei dizer que autores influíram no que eu escrevi ou na minha formação. Possivelmente me influenciaram mais os motivos dos escritores, mesmo que eu nada soubesse deles, do que os seus livros. Cercando a questão mais de perto, eu poderia dizer de fora para dentro, concordando com pessoas que escreveram sobre meu trabalho, que eu tive influência de [Marcel] Proust e [James] Joyce, o que tem como

obstáculo material o fato de eu não ter lido Proust e Joyce antes de escrever o primeiro livro. (LISPECTOR apud IMS, 2004, p. 58)

Ainda em 1943, obtém a naturalização brasileira e casa-se com o então colega de faculdade Maury Gurgel Valente. No final do mesmo ano, os dois concluem o curso de Direito. Em seguida, Maury é designado para servir como vice-cônsul em Nápoles e o casal muda-se para a cidade, dando início a um período de quase duas décadas longe do Brasil. Nesse período, em função do trabalho de Maury como diplomata, o casal também fixa residência em Berna, Torquay e Washington. Clarice escreveu dois romances no exterior: *A cidade sitiada* (1949) e *A maçã no escuro* (1961) – o livro *O lustre*, embora publicado somente em 1946, já estava terminado quando ela mudou-se para Nápoles. Nesse período também produz vários contos, incluídos nos volumes *Alguns contos* (1952), *Laços de família* (1960) e *A legião estrangeira* (1964).

No tempo em que viveu fora do país, Clarice manteve vasta correspondência enviada às irmãs e aos amigos próximos, como Fernando Sabino, Manuel Bandeira, Lúcio Cardoso, Rubem Braga e Paulo Mendes Campos. Em 1948, nasce em Berna o seu primeiro filho, Pedro Lispector Valente. Em 1953, nasce Paulo Lispector Valente, o segundo filho de Clarice e Maury, em Washington. Em 1959, após uma crise conjugal, separa-se do marido e regressa ao Brasil com os dois filhos. Em 1964, publica *A paixão segundo G. H.*, vinte e um anos depois da publicação de seu primeiro romance e um dos seus textos mais densos. Segundo Radaelli (2007, p. 120) a receptividade da produção de Clarice “ocorreu somente após um lento processo crítico, já que sua escrita se distanciava do estilo naturalista e do romance psicológico que ainda reinava, trazendo uma experiência nova de invenção da linguagem”.

Em 1966, um acidente mudaria em definitivo a vida de Clarice: a escritora adormeceu com um cigarro aceso, provocando um incêndio, descoberto por uma vizinha que notou a fumaça. O quarto ficou completamente destruído, e a autora, com graves queimaduras pelo corpo. Passou três dias sob risco de morte e dois meses hospitalizada. A mão direita foi a parte mais afetada e por pouco não foi amputada. Mesmo com fisioterapia, o movimento de sua mão ficou comprometido, o que acabou dificultando bastante a escrita. Após esse episódio, a escritora caiu em estado depressivo. Em 1969, lançou pela editora Sabiá – que publicara a terceira edição de *Perto do coração selvagem – Uma aprendizagem ou O Livro dos prazeres*.

Depois de três anos de elaboração com a ajuda da amiga Olga Borelli, a autora publica, em 1973, o romance *Água viva*. Porém, é somente em 1977 que Clarice, também com a ajuda de Olga, publica *A hora da estrela*, seu romance mais famoso. O livro conta a história da datilógrafa alagoana Macabéa, que migra para o Rio de Janeiro, tendo sua rotina narrada por

um escritor fictício chamado Rodrigo S.M. Clarice morre meses depois do lançamento, na véspera de seu aniversário de 57 anos, em decorrência de um câncer de ovário descoberto tardiamente. Em 1978, o livro *Um sopro de vida*, último livro em que trabalhava, é publicado postumamente pela editora Nova Fronteira.

#### 4.1.2 O ofício paralelo: jornalista

Enquanto ainda era estudante de Direito, em 1940, Clarice foi em busca de um emprego no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão do governo Getúlio Vargas criado em dezembro do ano anterior. Diante da inexistência de vagas para a função de tradutora, Clarice acaba ganhando um trabalho como redatora e repórter da Agência Nacional. Começava aí a sua carreira paralela: o jornalismo. Sua primeira entrevista publicada seria com o escritor Tasso da Silveira (na *Vamos Lêr!*).

Em 1941, transfere-se para o jornal *A Noite*, que, além de lhe dar as funções de tradutora e repórter, também publicaria eventualmente alguns contos seus, e se tornaria, pouco tempo depois, sua primeira editora. É interessante ressaltar que, nessa época, já que as técnicas jornalísticas desconheciam os manuais de redação e não existia curso superior para tal ofício, “os profissionais da imprensa eram, de modo geral, pessoas que ‘escreviam bem’. Com frequência, egressos dos cursos de Direito” (GOTLIB, 2004, p. 3).

Entre as reportagens mais importantes feitas por Clarice está *Onde se ensinará a ser feliz*, na qual a repórter novata tem a tarefa de narrar a inauguração de um internato para garotas pobres e sem lar. Nela, já era notável um tom de escrita rico em questionamentos e descrição de emoções, características que acompanhariam também a jovem escritora em suas obras de ficção.

Em 1952, em uma de suas vindas ao Brasil, Clarice recebe o convite para escrever colunas femininas no semanário *O Comício*. Nas suas colunas, adota o pseudônimo Teresa Quadros, e tratando basicamente de assuntos do lar e da moda. *Entre mulheres*, contudo, teria vida curta, durando quatro meses. Em 1959, quando se separa do marido Maury, a autora não consegue viver somente de literatura. Retoma a atividade na imprensa para complementar seus rendimentos, provenientes de mesada e de parques direitos autorais. Sob o pseudônimo de Helen Palmer, inicia uma coluna no *Correio da Manhã*, intitulada *Correio feminino – Feira de utilidades*. A colaboração tinha o patrocínio de uma marca de cosméticos, que pedia inclusive para passar à leitora mensagens publicitárias subliminares.



Na mesma época, Clarice também aceitou o convite do jornal *Diário da Noite* – a escritora seria *ghost writer* da atriz Ilka Soares, ocupando o espaço por ela assinado. A coluna *Só para mulheres* apresentava dicas de moda e compartilhava segredos caseiros. A participação de Clarice termina em 1961, mesmo tempo de duração do novo *Diário*. Em 1966, logo após o acidente com o incêndio em seu quarto, Clarice recebe um convite para escrever crônicas semanais para o *Jornal do Brasil*. Gênero híbrido, a crônica situa-se entre a literatura e o jornalismo, e Clarice parecia ser a escolha perfeita para a proposta. Em suas crônicas, a escritora fala sobre temáticas variadas,

Faz comentários tanto sobre suas empregadas – procurando imprimir aos textos registro de anedota – quanto a respeito de alguma notícia (no que parece tentar atingir um certo “modelo” estabelecido nas colunas de jornal, que é o de o articulista aportar a algum assunto candente sua visão pessoal). No mais das vezes, porém, escapa dos trilhos que tenta se impor. E fala de si, de seus sentimentos – encontrando, também no novo gênero, o caminho expressivo que passa pelo coração. (IMS, 2004, p. 8-9)

A colaboração de Clarice para o JB se prolongaria por mais de seis anos, encerrando em 1973.

Em 1968, Clarice aceita escrever uma seção de entrevistas para a *Manchete*, chamada *Diálogos Possíveis*, na qual entrevista personalidades do mundo político e artístico – em grande parte, amigos seus. Nas entrevistas, posicionava-se em primeira pessoa e colocava-se “de corpo inteiro” diante dos entrevistados, buscando arrancar confissões íntimas de cada um. A colaboração duraria até 1969 e algumas dessas entrevistas saem também na coluna do *Jornal do Brasil*.

## 4.2 Procedimentos de análise

Após o percurso de leitura realizado, propomos uma análise narrativa do *corpus* escolhido a partir de elementos advindos do referencial teórico. Entendemos as cartas como narrativas que, segundo Motta (2010), constituem um meio de dar sentido ao mundo e de criar sentidos de pertença. De acordo com Motta (2012, p. 235), as narrativas também nos permitem “explorar permanentemente nossa experiência temporal, compor enredos e histórias superpostas, compreender quem somos e onde estamos em cada momento. Elas explicam, ensinam, instituem provisoriamente o mundo, nosso mundo que refazemos sem cessar”.

A partir disso, propomos nossa análise em torno do principal contrato – o pacto epistolar –, verificando suas características. Seguindo as leituras teóricas anteriores, iremos nos deter também sobre os elementos de escrita de si e modos de subjetivação, os destinatários e sobre

os dois grandes temas predominantes das cartas (exílio e criação literária), para, por fim, chegarmos à análise da exegese de si presente nas missivas.

O *corpus* da pesquisa reúne a correspondência ativa escrita por Clarice Lispector e enviada a três destinatários: as irmãs Tânia Kaufmann e Elisa Lispector e o amigo Fernando Sabino. As 21 cartas escolhidas foram extraídas dos volumes *Cartas perto do coração* (2001), *Correspondências* (2002) e *Minhas queridas* (2007) e são datadas das décadas de 1940 e 1950 – período em que a escritora viveu fora do Brasil. De modo a organizar a análise, iremos nos referir às cartas citando seu local e data de escrita. Por exemplo, o texto em que Clarice pede às irmãs que a escrevam com mais regularidade é referido como *Berna, 28 de fevereiro de 1947*.

Esta escolha se deu por conta da observação das reflexões da correspondência como escrita de si, apresentadas no capítulo 3: buscaram-se cartas de caráter ilustrativo da teoria, que representassem a introspecção, a abertura de si para o outro (FOUCAULT, 1992) e a produção de subjetividades através da escrita, além dos elementos do pacto epistolar e da escrita como corporificação, mostrados no capítulo 2.

### 4.3 Os destinatários

Mesmo que pareça um elemento de pouca relevância, o destinatário da carta se apresenta como uma figura determinante para a análise epistolar, pois este acaba por orientar as características estruturais e discursivas do documento. De acordo com o destinatário, conforme aponta Rodolfo (2014, p. 82) “o missivista escolhe o tom da carta e redige um texto que explicita a sua proximidade ou o seu distanciamento em relação ao outro”. O tom escolhido pode ser formal quando se trata de uma relação impessoal, e informal ou afetuoso quando se trata de um relacionamento próximo. Ainda segundo o autor, para fazermos uma apreensão crítica de um conjunto de cartas ou de apenas trechos de uma, não se pode deixar de lado o fato de que “há uma intenção comunicativa do missivista quando da escrita de seu texto; há o discurso epistolográfico propriamente dito (...) e na outra ponta do processo, há um leitor, bem como as implicações cognitivas e subjetivas que a leitura da carta exige” (RODOLFO, 2014, p. 74)

Como vimos no capítulo 2, o ato de escrever cartas exige tempo, disciplina e reflexão (GOMES, 2004) e, acima de tudo, uma relação de cumplicidade e confiança com seus interlocutores (destinatários). Muito além da simples notícia ou descrição de atividades do dia, nas cartas aqui estudadas é notável a necessidade de confissão e o tom de desabafo que permeia praticamente todas as correspondências escritas por Clarice. Ato terapêutico, a escrita de si

presente nas cartas revela o companheirismo e estreita as relações entre os indivíduos justamente porque quem escreve se expõe, como uma prova de sinceridade (GOMES, 2004), na qual se confia ao outro os sentimentos mais íntimos. Por mais óbvio que pareça, segundo Rodolfo (2014), uma carta

diz respeito àqueles que efetivamente fazem parte do pacto epistolar, ou seja, o remetente e o destinatário. O envio de correspondência pressupõe, entre outras, mensagens que guardam nos seus limites segredos, revelações, intimações, desacordos, etc. Tratam-se, pois, de documentos de ordem estritamente particular e pessoal que não visam, em um primeiro momento, à sociedade em geral. De acordo com essa perspectiva, pode-se perceber o porquê das cartas serem lacradas e depositadas em um invólucro cuja abertura cabe unicamente ao destinatário. Segundo a autora d'A *epistolografia em Portugal*, trata-se de mais um traço essencial e particularizante do epistolar, isto é, o **segredo**, “o **aspecto confidencial** ou secreto da mensagem” (p. 85, grifos nossos)

Nas cartas trocadas com Fernando Sabino e com suas irmãs, Clarice confiava inteiramente na capacidade de seus interlocutores de guardarem o sigilo, e mostrava-se à vontade para falar sobre os mais variados assuntos, sobretudo sobre ela mesma. Na carta *Berna, 14 de agosto de 1946*, Clarice dá conselhos a respeito da criação literária do então jovem escritor, e enquanto fala sobre o trabalho mais recente do amigo – que seria o livro *Os movimentos simulados* (2004) –, acaba desabafando e falando sobre sua própria vida:

Nandinho, que carta boa a sua. Estou entendendo tão bem o que significam os movimentos simulados. Trabalhe bastante, Fernando, dê um “tempo” largo aos movimentos simulados. (...). Não quero mais falar, tudo isso é horrível e pesado. Quem me mandou escrever para você e você responder? Tem certas coisas que é melhor que a gente nunca tenha oportunidade de dizer, certas coisas que ficam fatais depois que se disse, e antes pelo menos era a vida de um modo geral, os divertimentos, o momento amargo antes de dormir, o almoço. Você sabe, quando eu queria entrar na Faculdade, papai não queria e eu soube que ele tinha dito à minha irmã que não queria porque tinha medo que eu terminasse pensando demais e me exaltando. Não foi a Faculdade evidentemente que me deixou assim. Mas agora compreendo tanto o que ele queria dizer. (LISPECTOR, 2001, p 52)

Apesar de ter feito outras relações de amizade na última fase de sua vida – como a de Olga Borelli –, a relação de Clarice com Fernando sempre foi intensa, desde o início da carreira literária de ambos. Os dois foram apresentados um ao outro através do também escritor Rubem Braga, em 1946. Clarice rapidamente estabeleceu amizade com o jovem mineiro, que já era autor de um livro de contos, *Os grilos não cantam mais* (1941), e de uma novela, *A marca* (1944). Posteriormente, Sabino a introduziu a Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino. Fernando Sabino (1923-2004) foi um escritor, jornalista e editor mineiro. Entre os seus livros mais consagrados, estão *O Encontro Marcado*, grande sucesso de crítica e de público, *O Homem Nu*, *A Mulher do Vizinho* e *O Grande Mentecapto*, cujo tempo de

produção durou 33 anos. Como jornalista, colaborou para publicações como a revista *Vamos Ler*, a revista *Manchete* e o *Jornal do Brasil*, entre outros. Escreveu crônicas para os jornais *Diário Carioca*, *O Jornal* e *O Globo*. Quando ambos estavam no Brasil, mantinham convívio diário com direito a horas de conversa em encontros marcados em uma confeitaria da cidade. Quando separados, mantinham a amizade através das cartas, de 1946 a 1969, que só tinham frequência interrompida quando se encontravam no Rio. No prefácio de *Cartas perto do coração*, Fernando relata:

Trocávamos ideias sobre tudo. Submetíamos nossos trabalhos um ao outro. Juntos reformulávamos nossos valores e descobríamos o mundo, ébrios da mocidade. Era mais do que paixão pela literatura, ou de um pelo outro, não formulada, que unia dois jovens “perto do coração selvagem da vida”: o que transparece em nossas cartas é uma espécie de **pacto** secreto entre nós dois, solidários ante o enigma que o futuro reservava para o nosso destino de escritores. (2001, p. 8, grifo nosso)

Já as trocas epistolares entre Clarice, Tania Kaufmann (1915 – 2007) e Elisa Lispector (1911 – 1989) são marcadas pelos traços afetivos da relação familiar e mostram a importância de um sólido núcleo afetivo que a escritora fez questão de cultivar apesar dos quase 16 anos vividos no exterior. Clarice sempre demonstrou ser muito ligada às irmãs, especialmente Tania, de quem era mais próxima em termos de idade. Em suas cartas, mostra-se mais à vontade com Tania para falar sobre os seus problemas pessoais. Tania foi funcionária pública, casou-se com William Kaufmann em 1938 e, em 1940, deu à luz Márcia Algranti, que seria a única sobrinha de Clarice. Elisa, a irmã mais velha, possuía um temperamento reservado e seu primeiro livro, *Além da fronteira*, foi escrito sem o conhecimento das irmãs. No final dos anos 60, Elisa já era uma escritora consolidada. Com o livro *O muro de pedras*, de 1963 – considerado pela crítica sua melhor obra –, ganhou dois prêmios: o José Lins do Rego, da Livraria José Olympio Editora, em 1962, e o Coelho Neto, da Academia Brasileira de Letras, em 1964.

Apesar de conquistar merecido reconhecimento literário, Elisa não pôde evitar a sombra que Clarice, sua irmã mais nova, involuntariamente lhe fez. Ela deixou um livro memorialístico inédito sobre a história da família Lispector, *Retratos antigos*, publicado em 2011 com organização de Nádia Gotlib. Na biografia *Clarice*, o escritor americano Benjamin Moser afirma que, apesar da veneração quase religiosa de Clarice pelas duas irmãs, o leitor do livro de Elisa sobre Clarice não consegue evitar a impressão de que uma parte dela se sentia distante, inferior e não amada pela irmã caçula. E Elisa também notava em Clarice as mesmas características – a inalcançabilidade, a insociabilidade, por exemplo – que outras pessoas viam na própria Elisa” (MOSER, 2009). As cartas trocadas por elas nos anos em que Clarice esteve fora sugerem que foi Elisa quem se afastou da irmã mais nova, como demonstrado em *Roma*,

*1º de maio de 1945*: “Mas, querida, por que você está tão pessimista? Minha Elisinha, eu sofro em ver você assim, sofro em ver você dizer coisas contra você mesma, você me humilha com isso, me faz sofrer” (LISPECTOR, 2007, posição 435). Em *Berna, 22 de fevereiro de 1947*, Clarice queixa-se à Tania:

As cartas de Elisa para mim são cada vez menores e com menos coisas dentro. E quando ela diz alguma coisa, acrescenta em geral, como na carta mais recente: ‘Afinal você dirá que não tem nada com isso’. Como se fosse possível eu não ter nada com as coisas de vocês. (LISPECTOR, 2007, posição 1810).

As queixas de Clarice em relação a um suposto distanciamento de Elisa continuam em outras cartas enviadas para Tania – em uma delas, afirma que deixaria de mandar cartas longas à irmã mais velha, pois recebia dela apenas bilhetes como resposta. Entre 1946 e 1957 – período selecionado para o nosso *corpus* – as cartas individuais de Clarice destinadas à Elisa, apesar de escritas com o mesmo tom carinhoso, eram de caráter mais noticioso do que as destinadas à Tania e, por esse motivo não selecionamos nenhuma delas para a nossa análise. Entretanto, não havia nenhuma desavença entre as duas, conforme é evidenciado nas inúmeras cartas de Clarice destinadas às duas irmãs simultaneamente com o chamamento “minhas queridas” – título do livro de cartas lançado em 2007 pela editora Rocco.

#### **4.4 Elementos do pacto epistolar**

As missivas trocadas entre Clarice, Fernando, Tania e Elisa são classificadas como correspondência pessoal privada, objetos particulares dotados de grandes marcas de sentimentos e lembranças, como espécie de “reliquias”. Ambos os quatro missivistas preservaram consigo todo o registro epistolar que receberam, concluindo assim o pacto epistolar citado por Gomes (2004), que envolve receber, ler, responder a guardar as cartas. Clarice preservou sua correspondência pessoal em detrimento dos originais dos romances e contos, o que pode revelar sua preocupação em guardar a memória do tempo em que viveu longe do Brasil.

A carta, como vimos, é um meio de comunicação que possui estilo próprio, cuja escrita fornece ao outro um sentimento de presença quase física. Essa sensação de corporificação pode ser notada em praticamente todas as cartas de Clarice selecionadas para o *corpus* de nosso trabalho. Tal relação fica explícita na carta *Washington, 7 de maio de 1956*, na qual a sintonia do pacto dos amigos é ameaçada por uma queda de frequência na escrita:

Fernando,

Este é um *ghost* chamado Clarice escrevendo para você. Há tanto tempo não nos comunicamos que tenho a impressão de estar fazendo uma viagem difícil até atingir você. O que não quer dizer que não penso em você, em escrever, e em pedir notícias suas e em dá-las! (LISPECTOR, 2001, p. 128)

A relação da palavra como companhia e corporificação também é exemplificada em *Berna, 1 de julho de 1946*, carta na qual Clarice se despede da irmã Tania com a frase “me receba e abrace, minha florzinha querida” (LISPECTOR, 2007, posição 1413). Vivendo longe de seu país, família e amigos, a escritora parece sentir uma espécie de ânsia pelo recebimento das correspondências. Em algumas cartas, como em *Berna, 27 de julho de 1946*, confessou que, contudo, prefere recebê-las do que escrevê-las:

Fernando, deixei de responder logo à sua carta porque exatamente estava em período agudo de precisar receber e não de escrever. Ainda estou assim, mas hoje é domingo de manhã, está chovendo e tudo está escuro; e como não vejo mesmo jeito de receber, então saio de meu egoísmo e lhe escrevo com prazer. Na sua carta tão boa pra mim, você diz que não pode dar nenhuma palavra animadora, e no entanto vieram muitas, veio uma carta inteira delas. Uma carta que me sacudiu um pouco. (LISPECTOR, 2001, p. 35)

Mesmo com quedas esporádicas de frequência de suas correspondências, a reiteração de que o pacto deve continuar sem interrupções é ponto que perpassa praticamente todas as cartas aqui estudadas – e, novamente, deve-se levar em conta o contexto de vida no exterior em que foram produzidas. Ou seja, as cartas devem ser respondidas o quanto antes. A existência de necessidade e prazer na troca de cartas, presente em expressões como “faz tempo que você não me escreve” ou “responda-me com urgência” (GOMES, 2004) é demonstrado repetidamente nas cartas de Clarice, com uma urgência que, por vezes, parece até exagerada. É o que podemos observar na carta *Berna, 28 de fevereiro de 1947*, na qual a escritora se mostra chateada com a demora das irmãs para respondê-la e cobra, ao final de sua assinatura: “Escrevam, por favor, por favor, por favor, por favor” (LISPECTOR, 2007, posição 1819). A cobrança também se estende ao amigo Fernando, em *Washington, 21 de setembro de 1956*: “Me escreva, sim? Escreva depressa mesmo. E me mande seu livro” (LISPECTOR, 2001, p. 141). Também cabe ressaltarmos que as correspondências geralmente guardam o relato imediato das sensações e as circunstâncias vividas pelo remetente. Datadas e localizadas, elas mostram os sinais de um momento, fixando a experiência no tempo e no espaço. Na carta *Berna, 8 de fevereiro de 1947*, Clarice relata que perdeu a carta que anteriormente havia escrito, fato que, segundo ela, acabou comprometendo a escrita da nova carta:

Fernando, recebi sua carta datada de 15 de dezembro, gostei tanto, respondi logo... e depois não sei onde a guardei, não achei mais. Foi uma pena, porque eu estava no ponto máximo de entusiasmo pelo aprendiz de Feiticeiro e pelas coisas que você diz

a respeito da necessidade de escrever. Continuo inteiramente entusiasmada e verdadeiramente grata por coisas que você diz e que me inspiram muito. Só que na outra carta eu demonstrava isso com palavras imediatas e agora sou levada por um horrível espírito de síntese a resumir. (LISPECTOR, 2001, p. 79)

No capítulo 2, vimos a evolução do estilo de escrita das cartas ao longo dos séculos, sobretudo com base nos “manuais” da época, no qual vigoravam certas regras formais de composição. Nas cartas aqui analisadas, é notável a diferença do estilo de escrita, que muito se deve à ruptura com a linguagem formal provocada pelo modernismo. Aqui, a informalidade de estilo na escrita epistolar é o que vigora. Também é a partir disto que podemos observar as diferentes modulações de escrita que a escritora constituiu a partir das relações que mantinha com seus missivistas, possibilitando captar os relacionamentos em suas peculiaridades. Em todas as cartas escolhidas para este trabalho, a escritora se revela como portadora de uma alma sensível e em constantes reflexões voltadas para questões existenciais. Porém, como veremos mais adiante nos trechos de cartas de nossa análise, nas missivas dirigidas às irmãs, Clarice parecia sentir-se mais à vontade para externalizar seus sentimentos mais íntimos, enquanto que com Fernando as reflexões se centralizavam mais na produção do texto literário.

Avaliando os traços externos às mensagens como o chamamento, a assinatura, as formas de tratamento no geral, percebe-se que, com as irmãs – sobretudo com Tania, de quem era mais íntima –, Clarice manteve uma proximidade e intimidade que não se encontram nas cartas trocadas com o amigo Fernando Sabino. Segundo Tin (2005, p. 22), a abertura ou chamamento “é a parte que prepara o ‘encontro’, identificando e aproximando o remetente do destinatário”. Rodolfo (2014, p. 84) assinala que a saudação também determina a afinidade ou não do missivista com seu interlocutor, pois ela “antecipa, em grande medida, a tonalidade do discurso que se seguirá em toda carta, bem como, pode informar o grau da relação entre os interlocutores, isto é, de proximidade ou distanciamento”.

Nas cartas, Clarice se dirige a Fernando quase sempre pelo nome, e despede-se mandando abraços a ele e à sua família. Já com as irmãs, além de “minhas queridas” (no caso das cartas destinadas às duas em conjunto), Clarice as chama de “queridinha”, “meu amor” e “minha florzinha”, e geralmente despede-se mandando votos de felicidade, como observado na carta *Berna, 22 de outubro de 1947*: “Minha irmã querida, Deus te abençoe e te dê muita saúde e alegria” (LISPECTOR, 2007, posição 2040).

O processo de “desformalização” da escrita junto com o predomínio de novos códigos de relações sociais e de intimidade são correspondentes de uma sociedade em que a individualidade se converteu em valor (GOMES, 2004), como vimos na seção 3.3. Conforme lembra Ionta (2004, p. 91), as mudanças ocorridas na escrita epistolar na modernidade também

“apontam mudanças significativas no exercício da amizade, pois a escrita íntima e a amizade dual privatizada compõem um tecido de dupla face; estão inseridas em um fenômeno global de intimização da sociedade”. Nas cartas de Clarice, conforme comentamos anteriormente, é notável a emergência do um tom confessional, uma canalização de emoções em sua escrita que a induz à sinceridade, para enfim chegar na revelação de um eu profundo, como veremos mais adiante. Em *Berna, 27 de julho de 1946*, a escritora narra o seu cotidiano na pacata cidade de Berna para o amigo Fernando, revelando um estado de espírito deprimido e incapaz de ser descrito em uma única confissão:

Esta vida íntima que chega a um ponto de não ter nenhum sinal exterior, termina por me tirar a direção e o sentido das coisas. Me parece que cheguei a um ponto de onde não posso mais sair. Não quero empregar grandes palavras, mas isso é insuportável e eu tenho suportado segundo por segundo. (...)Estou cheia de problemas e cada dia um deles entra em estado de crise, sem socorro. Interrompi mesmo o trabalho, minha impressão é de que é para sempre. Que coisa está me acontecendo eu não sei dizer. Já me perdi em tantos pensamentos que se afinal eu pudesse fazer uma confissão que salvasse tudo, não saberia fazer. (LISPECTOR, 2001, p. 36)

Conforme aponta Gomes (2004), a correspondência privada é frequentemente um espaço que acumula diversos temas e informações, sem ordenação, finalização, ou hierarquização. Esse espaço estabelece uma narrativa completa de imagens e movimentos, exteriores e interiores, “dinâmica e inconclusa como cenas de um filme ou de uma peça de teatro. Um tipo de discurso multifacetado, com temas desordenados, que podem ou não ser retomados e desenvolvidos” (GOMES, 2004, p. 21). Nas cartas de Clarice selecionadas para o nosso *corpus*, é possível notar que, a partir do seu estilo de escrita confessional, há a predominância das temáticas do exílio e da criação literária – tanto da própria Clarice quanto de seus interlocutores, como veremos a seguir.

#### 4.4.1 A condição de desenraizamento: o deslocamento do eu

Nascida na Ucrânia, mesmo vivendo no Brasil desde que tinha cerca de um ano de idade, Clarice foi constantemente confundida com uma estrangeira. Um problema de dicção – originado da condição sífilítica de sua mãe – adicionado ao sotaque nordestino dava a impressão de que ela não falava o nosso idioma muito bem. Sua escrita introspectiva, com expressões incomuns, também fazia com que seus leitores ponderassem se o que estavam lendo era realmente português. Além disso, Clarice não gostava de conceder entrevistas para a mídia e, quando cedia, costumava ser evasiva nas respostas, levantando também a suspeita de que ela não tinha entendido a pergunta. Tudo isso, somado ao contexto de antissemitismo que



ocasionou a vinda de sua família ao Brasil, ajudou a construir uma imagem exótica da escritora, a imagem de quem parecia não se encaixar em sociedade nenhuma.

A condição de “apátrida” de Clarice, contudo, se tornou ainda mais evidente no período em que viveu 16 anos fora do Brasil para acompanhar a carreira diplomática de seu marido. A viagem começou a partir de sua saída do Rio de Janeiro, em 1944, em direção ao aeroporto da base americana de Parnamirim, em Natal, onde ficou por alguns dias. O roteiro de viagens passou pelo continente africano, onde conheceu as vilas de negros em Fisherman’s Lake, na Libéria; as pirâmides do Egito, a cidade de Casablanca tomado por soldados ingleses, franceses e americanos e o deserto do Saara (MONTERO, 2007). Em *Argel, 19 de agosto de 1944*, de passagem pela cidade africana, relata as suas impressões do mês de viagem e o que seria o início da sua vida como esposa de diplomata:

Minhas queridas:

Na verdade eu não sei escrever cartas sobre viagens; na verdade nem sei mesmo viajar. É engraçado como, ficando pouco em lugares, eu mal vejo. Acho a natureza toda mais ou menos parecida, as coisas quase iguais. Eu conhecia melhor um árabe com véu no rosto quando estava no Rio. Todo esse mês de viagem nada tenho feito, nem lido, nem nada. Sou inteiramente Clarice Gurgel Valente.

(...) Nunca ouvi tanta bobagem séria e irremediável como nesse mês de viagem. Gente cheia de certezas e de julgamentos, de vida vazia e entupida de prazeres sociais e delicadezas. É evidente que é preciso conhecer a verdadeira pessoa embaixo disso. Mas por mais protetora dos animais que eu seja, a tarefa é difícil. (LISPECTOR, 2002, p. 49)

O contexto histórico do continente europeu, nessa época, era o de Segunda Guerra Mundial. Clarice morou em Nápoles, então considerada uma zona de guerra – por onde transitavam aqueles que se destinavam aos campos de batalha e os que voltavam para repouso e cura – durante um ano e nove meses. A experiência na cidade acabou lhe pondo em contato com os soldados brasileiros feridos em combate no período em que trabalhou como voluntária na Seção de Serviço Social do Serviço de Saúde da Força Expedicionária Brasileira (FEB). A menina que havia saído da Europa como uma refugiada acabou retornando para ajudar as vítimas de outra guerra. De acordo com Rodolfo (2014, p. 77-78), “mas também indicar possibilidades de releituras de ordem política, ideológica e social, por exemplo, em um dado momento”.

Poucos anos depois, quando já havia se mudado para a capital suíça, escreve à Tania que se sentia incomodada com a situação de guerra e com a sensação de que era incapaz de fazer algo a respeito em *Berna, 8 de maio de 1946*:

Minha Tania querida,

(...) O que tem me perturbado intimamente é que as coisas do mundo chegaram para mim a um certo ponto em que eu tenho que saber como encará-las, quero dizer, a situação de guerra, a situação das pessoas, essas tragédias. Sempre encarei com revolta. Mas ao mesmo tempo que sinto necessidade de fazer alguma coisa, sinto que não tenho meios. Você diria que eu tenho, através do meu trabalho. Eu tenho pensado muito nisso e não vejo caminho, quer dizer, um caminho verdadeiro. Talvez eu não esteja vendo o problema maduro, pode ser que a solução venha daqui a anos, não sei. (LISPECTOR, 2007, posição 1232)

Em Nápoles, ela teve a oportunidade de ser útil, especialmente quando cuidava dos soldados feridos. Já em Berna, a sensação de inutilidade a oprimia, e a possível referência à mãe que ela fracassou em salvar reflete a impotência que ela sentia diante das vítimas de uma tragédia mais recente (MOSER, 2009). Se na Itália Clarice descrevia, em cartas às irmãs, que tinha uma vida onde em nenhum minuto se respirava sozinha, a situação muda completamente em Berna, onde, segundo ela, se respirava mesmo sozinha. Nesse período, relatou constantemente às irmãs que havia perdido o ânimo e passava o dia sentada esperando que as horas passassem. Tentou arranjar um emprego na Cruz Vermelha, mas a seção local só aceitava suíços.

A vida de Clarice não era carente de distrações, mas seus prazeres pareciam ser sempre transitórios, e cada vez que ela achava que estava se restabelecendo, acabava sucumbindo de novo. Ela procurava distrações, exercícios privados, para resgatar a si própria (MOSER, 2009). E um desses exercícios pareceu ser a escrita de correspondências – nesse período, a produção epistolar de Clarice foi vasta, e a escritora parecia cada vez mais aficionada pela troca das missivas com suas irmãs e amigos. A saudade do Brasil e das pessoas de lá parecia ser cada vez maior. Segundo Rocha (1965, p. 14-15), a ausência não só motiva um desejo de reafirmação do campo dos afetos, mas também provoca “um considerável enriquecimento daquilo que se tem para dizer: outros mundos, geográficos ou espirituais, nutrem de revelações e experiências inéditas o recheio da carta”.

Entretanto, as experiências de Clarice em Berna, conforme passava o tempo, pareciam ser mais monótonas e invariáveis. Nas cartas, ela adotava um tom impaciente e costumava descrever a cidade como extremamente pacata e tediosa. Esse suposto desespero expresso nas cartas pode estar relacionado com o terror judaico do exílio e uma sombra do que aconteceu com seus pais. É o que demonstra em *Berna, 5 de maio de 1946*:

Minhas queridas:

É uma pena eu não ter paciência de gostar de uma vida tão tranquila como a de Berna. É uma fazenda. No domingo, como hoje, passou um grupo do Exército da Salvação, homens e mulheres cantando em coro, com voz bem calma e afinada, sem vergonha. As vezes se veem camponesas, de alguma cidadezinha perto, vestidas com os trajes regionais, o rosto vermelho, honesto, com olhos azuis (...). Dá vontade de ser uma vaca leiteira e comer durante uma tarde inteira até vir a noite um fiapo de capim. O

fato é que não se é a tal vaca, e fica-se olhando para longe como se pudesse vir o navio que salva os náufragos. (...) É engraçado que pensando bem não há um verdadeiro lugar para se viver. Tudo é terra dos outros, onde os outros estão contentes. (LISPECTOR, 2002, p. 80)

Apesar de relatos como esse, descrevendo a tranquilidade exagerada da cidade, Clarice costumava ir ao cinema todas as tardes, além de contemplar pontos turísticos e visitar exposições de arte. Também foi em Berna que deu início ao hábito de consultar cartomantes e astrólogos, que acabou levando para a vida inteira. Nesse período, viajou a Paris algumas vezes para visitar alguns amigos, como o casal Bluma e Samuel Wainer. Em *Paris, janeiro de 1947*, descreve que parece assumir uma outra personalidade, como um diferente modo de subjetivação, em determinadas situações:

Minhas queridas,  
 (...) Não sei se estou louca por Paris. É difícil dizer. Com a vida assim parece que sou 'outra pessoa' em Paris. É uma embriaguez que não tem nada de agradável. Tenho visto pessoas demais, falado demais, dito mentiras, tenho sido muito gentil. Quem está se divertindo é uma mulher que eu não conheço, uma mulher que eu detesto, uma mulher que não é irmã de vocês. (LISPECTOR, 2002, p. 114)

Por mais que Clarice tivesse seus momentos de diversão, as suas cartas poderiam ser tão entusiasmadas e vibrantes quanto abatidas. A falta que sentia das irmãs e do seu país era evidente e permaneceria durante todo o período de vida no exterior. Clarice constantemente explanava o quão ruim era estar fora da terra onde se criou. O sentimento de inadaptação por ser estrangeira e não pertencer de fato àqueles locais a levavam a um *eu* deslocado. Em *Berna, 28 de fevereiro de 1947*, escreve às irmãs:

Elisa, Tania, queridas,  
 (...) Desde que saí do Brasil para ir a Nápoles, desde que fui a Belém, minha vida é um esforço diário de adaptação nesses lugares áridos, áridos porque vocês não estão comigo. (...) Desde então, não tenho cabeça para mais nada, tudo que faço é um esforço, minha apatia é tão grande, passo meses sem olhar sequer meu trabalho, leio mal, faço tudo na ponta dos dedos, sem me misturar a nada. (LISPECTOR, 2007, posição 1819)

O sentimento de desenraizamento aparece explicitamente na carta *Berna, 22 de outubro de 1947*, destinada à Tania. Nela, Clarice fala sobre o seu terapeuta Ulysses Girsoler, que também não era suíço, e novamente reflete aspectos de si mesma e rememora saudosamente a história de sua família através da missiva:

Minha queridinha,  
 (...) aquele rapaz, que está em Geneve, está completamente neurastênico. (...) Em parte, deve ser porque ele esteve doente, e isso o deprimiu. Mas acho que em grande parte, isso vem do desenraizamento dessa vida no estrangeiro. Nem todos são bastante fortes para suportar não ter ambiente propriamente, nem amigos. Cada vez mais, admiro papai e outros que, como ele, souberam ter 'vida nova'; é preciso ter muita coragem para ter vida nova. Nessa carreira se está completamente fora da realidade,

não se entra em nenhum meio propriamente - e o meio diplomático é composto de sombras e sombras. (LISPECTOR, 2007, posição 2040)

A vivência do desenraizamento foi tema de muitas cartas de Clarice nesse período de tempo. Na carreira diplomática, como ela mesma observou, o deslocamento é ainda mais evidente. Clarice desempenhava bem as tarefas diárias como esposa de diplomata – era condenada a uma sequência de reuniões de chá em companhia educada –, mas a experiência acabou deixando marcas profundas em seu *eu* interior. Em *Berna, 6 de janeiro de 1948*, em mais uma de suas cartas longas e íntimas destinadas à Tania, ocupa-se de si mesma ao escrever sobre si, visando o amparo da irmã querida, sua interlocutora. Assim, sua introspecção se configura menos como uma decifração de si do que como uma abertura em si para o outro (FOUCAULT, 1992).

Querida, quase quatro anos me transformaram muito. Do momento em que eu me resignei, perdi toda a vivacidade e todo interesse pelas coisas. Você já viu como um touro castrado se transforma num boi? assim fiquei eu... em que pese a dura comparação... Para me adaptar ao que era inadapável, para vencer minhas repulsas e meus sonhos, tive que cortar meus agulhões – cortei em mim a força que poderia fazer mal aos outros e a mim. (LISPECTOR, 2002, p. 164)

Aqui, o *eu* deslocado de Clarice parece atingir níveis mais extremos: no desabafo à irmã, revela que os anos em que viveu uma vida resignada como estrangeira e disciplinada pelos compromissos diplomáticos acabaram por mudar a sua forma de se expor ao mundo. No lugar da escritora linda e fascinante que poucos anos antes havia deixado o Rio de Janeiro, onde foi festejada por muitos dos principais artistas de seu país, aparecia uma mulher abatida e, de certa forma, impotente. Por mais que Clarice possuísse liberdade e autonomia na construção de sua subjetividade, o fardo da vida de mulher estrangeira e as limitações da sociedade diplomática pareciam lhe levar a uma vida e imagem de si mesma cada vez mais conformista, impotente e isolada, como se sua vida estivesse fora de suas mãos e submetida à vontade dos outros. O tom de sua missiva continua o mesmo em *Berna, 26 de janeiro de 1949*, agora acrescentado pela esperança de um retorno próximo ao Brasil:

Minhas queridas,  
 (...) Ando em nova onda de apatia, o que é coisa velha... Chego a pensar que nem a volta para o Brasil me dará um jeito. Mas sonho com ela. Em agosto teremos 5 anos de exterior. Não são cinco dias. Cinco anos de não saber o que fazer, cinco anos durante os quais, dia a dia, me perguntei como perguntava a vocês: que é que eu faço? Para vocês terem uma ideia do que tem sido a minha vida durante esses anos: para mim todos os dias são domingo. (...) A pessoa, individualmente, perde tanto sua importância, vivendo assim, fora, em ócio. A vida começa a parar por dentro, e não se tem mais força de trabalhar ou ler. Só chaleira fervendo é que levanta a tampa. (...) Eu não conheço ninguém e me sinto esmagada por essa entidade abstrata que não consegui concretizar em nenhum amigo. Berna é um túmulo, mesmo para os suíços. E um brasileiro não é nada na Europa. (...) O pior é que estou ficando tão embotada:

às vezes nem entendo o que leio. Acho que a culpa é da excessiva solidão, e dessa longa tarde de domingo que dura anos. (LISPECTOR, 2007, posição 2477)

As técnicas de si aqui representadas pela confissão e a auto-avaliação (FOUCAULT, 2007) indicam o esforço da escritora em transformar a sua identidade em função de um determinado fim, que seria o papel de esposa de diplomata, revelando uma certa relação de domínio de si sobre si.

#### 4.4.2 A criação literária em missivas

Se as tarefas cotidianas como esposa de diplomata a deixavam com uma subjetividade “domesticada”, era na literatura que Clarice realmente encontrava a liberdade. Quando ainda era uma escritora adolescente e leu *O lobo da estepe* pela primeira vez, descobriu que oferecia a liberdade de seguir sua própria vocação pessoal: a de descrever a vida interior. A viagem interior sempre fascinou Clarice. Na época, ela descobriu em Hermann Hesse a possibilidade de escrever sobre essa viagem, o que foi uma revelação para a menina cujas histórias nunca foram lineares e que esteve sempre muito menos interessada no modo clássico de escrever uma trama do que no processo através do qual a escrita poderia alcançar a verdade interior (MOSER, 2009).

Na crônica *As três descobertas*, publicada em 1968, revelou que sempre possuiu uma relação intrínseca com a palavra:

A palavra é o meu domínio sobre o mundo. Eu tive desde a infância várias vocações que me chamavam ardentemente. Uma das vocações era escrever. E não sei por quê, foi esta que eu segui. Talvez porque para as outras vocações eu precisaria de um longo aprendizado, enquanto que para escrever o aprendizado é a própria vida se vivendo em nós e ao redor de nós. (LISPECTOR apud IMS, 2004, p. 68)

Para ela, um escritor não é um ser passivo que se limita a recolher dados da realidade, e sim deve estar no mundo como presença ativa, em comunicação com o que o cerca. Ao escrever, o indivíduo deveria exercer a ação por desnudamento, revelar o mundo e o homem aos outros homens. Discorre sobre o papel social da literatura em depoimento coletado do livro *Clarice Lispector – Esboço para um possível retrato*, de Olga Borelli:

A literatura deve ter objetivos profundos e universalistas: deve fazer refletir e questionar sobre um sentido para a vida e, principalmente, deve interrogar sobre o destino do homem na vida. Há escritores que por opção e engajamento defendem valores morais, políticos e sociais, outros cuja literatura é dirigida ou planejada a fim de exaltar certos valores, geralmente impostos por poderes políticos, religiosos, etc., muitas vezes alheios ao escritor. Penso que o escritor deve dirigir-se à liberdade de seus leitores, integrados ou não na mesma situação histórica e para quem as realidades

descritas sejam ou não alheias. E, ao fazê-lo, o escritor deve mobilizá-los a uma identificação, questionamento ou possível resposta. (LISPECTOR apud IMS, 2004, p. 63-64)

Na cidade de Berna, além do sofrimento psicológico pelo qual estava passando e relatando em suas cartas, a escritora também sofria para escrever o que seria o seu terceiro romance, *A cidade sitiada*. O estado de espírito parecia ter avançado sobre o seu novo livro, que até então mostrava-se vacilante e incerto. Conforme revelou em uma entrevista, anos depois, *A cidade sitiada* foi um de seus livros mais difíceis de escrever porque exigiu uma exegese que ela não era capaz de fazer. Segundo ela, trata-se de um livro denso e fechado. Em *Berna, 22 de outubro de 1947*, mostra toda a sua inquietação acerca do processo de escrita para a irmã e confidente Tania, pede conselho e também revela que o livro ajudou para o processo de desadaptação no exterior:

Minha queridinha,  
 (...) querida, o livro não presta. Não evoluí nada, não atingi nada. Continuo com os pés no ar, continuo vaga e sonhadora, deslocando de algum modo o sentido da vida. Que Deus me perdoe. Três anos – para chegar a isso. Virei e revirei tanto o livro que já não entendo o seu sentido. Dá vontade de gritar impotência. Em todo esse período de três anos, desempenhou grande papel minha desadaptação. (...) Não sei o que fazer com o livro, Tania. E estou lhe pedindo conselho. Não adianta me dizer que devo deixá-lo de lado e revê-lo mais tarde: ele está podre nas minhas mãos, e cada vez mais me afastarei dele. Embora eu esteja tão ligada a ele, que sou incapaz de começar outra coisa. (LISPECTOR, 2007, posição 2040)

Ainda que conversasse com as irmãs sobre o processo de seus livros, como no exemplo acima, era com Fernando Sabino que Clarice trocava longas cartas tratando quase que exclusivamente de suas criações literárias. Na década de 1950, com a autora já morando em Washington, os dois escritores trocam diversas cartas sobre o livro que Clarice estava escrevendo – até então, era chamado de *A veia no pulso*. Desanimada com o livro e já o achando mal escrito, acaba acatando quase todas as sugestões de edição que o amigo fizera. No fim, terminaria por enviar de volta a Fernando 204 emendas feitas e 83 páginas reescritas, porém ainda continuava hesitante em relação ao título definitivo. Nem Clarice nem Fernando gostavam de *A veia no pulso*, e posteriormente o título é mudado para *A maçã no escuro*. Em fevereiro de 1959, recebe, de Fernando, a notícia de que *A maçã no escuro* sairia pela Civilização Brasileira ainda naquele ano; porém, o lançamento voltaria a ser adiado, para 1960.

Segundo Rodolfo (2014, p. 50), os escritores consagrados podem usar o espaço do discurso epistolar “para aconselhamentos, ponderações e sugestões críticas a escritores incipientes no âmbito das diretrizes básicas (...) ou ainda sobre uma visão filosófica a respeito da própria vida”. Clarice e Fernando já possuíam certo prestígio como escritores e, em suas trocas epistolares, aconselhavam de forma equilibrada o trabalho um do outro. Clarice, talvez

involuntariamente, acabava sempre por refletir sobre a sua própria vida enquanto fazia comentários sobre a sua obra e a do amigo – essa era uma característica intrínseca da sua personalidade. Em Washington, o seu descontentamento com o estilo de vida que levava permanecia. Nas cartas, manifestava que os compromissos diplomáticos a cansavam antes mesmo de terem acontecido. Em *Washington, 21 de setembro de 1956*, escreve sobre *A maçã no escuro* enquanto relata a sua dificuldade em separar a própria vida do livro em processo:

Eu queria me pôr completamente fora do livro, e ficar de algum modo isenta dos personagens, não queria misturar ‘minha vida’ com a deles. Isso era difícil. Por mais paradoxal que seja, o meio que achei de me pôr fora foi colocar-me dentro claramente. Como indivíduo à parte, foi ‘separar-me’ com ‘eu’ dos ‘outros’. (Está confuso?) Hesitei muito em usar a primeira pessoa (apesar desse tipo de isenção me atrair), mas de repente me deu uma rebeldia e uma espécie de atitude de ‘todo mundo sabe que o rei está nu, por que então não dizer?’ – que, na situação particular, se traduziu como: ‘Todo mundo sabe que ‘alguém’ está escrevendo o livro, por que então não admiti-lo?’. (...) Foi um livro fascinante de escrever, aprendi muito com ele, me espantei com as surpresas que ele me deu – mas foi também um grande sofrimento. Como voltar a ter contato íntimo com ele, sem provocar de novo em mim um estado de exaltação que, por Deus, não quero. Minha vontade seria mesmo viver em estado conceituoso, é tão mais calmo, dorme-se tão melhor. (LISPECTOR, 2001, p. 139-140)

Já em *Washington, 8 de janeiro de 1957*, o tema da carta é o mais novo romance de Fernando, *O encontro marcado*, livro no qual Clarice havia acabado de ler. Ao comentar sobre a obra, a escritora diz que se vê dentro dela e até mesmo se preocupa com o fato de o amigo ter escrito uma história tão triste e emocional. Em vez de simplesmente comentar e avaliar o livro, Clarice traz impressões e reflexões subjetivas no sentido do cuidado de si mesma e do amigo interlocutor:

Seu livro me espantou. (...) me vi inesperadamente dentro do livro, entendendo o que você queria, experimentando tudo, embora não soubesse ainda até onde você iria e vivendo com a velocidade de staccato com que o livro é escrito, esse modo de quem fala com a garganta seca. (...) O livro me deu grande tristeza. Eu não queria que fosse tão assim, tão rolando para a salvação ou para a perdição, e tudo por questão de pendurar-se um segundo a mais ou a menos num minuto, tudo às vezes questão de mão recusada ou dada, tudo às vezes por causa de um passo a mais ou a menos. (...) Mas, Fernando, o fato de você ter escrito este livro e eu ter escrito o meu, não é o começo de uma maturidade? Acho que você não teria conseguido o livro se não o tivesse escrito como o escreveu. Gostei muito, muito. Se bem que preferia que você não fosse a pessoa capaz de escrevê-lo. Mas você foi, e fico contente. Li por assim dizer de uma só vez. (LISPECTOR, 2001, p. 186)

Tendo em vista que o cuidado de si é um comportamento que resulta em outros em que o sujeito tende a exercer um ato reflexivo, a escrita de si presente nas cartas de Clarice a Fernando pode ser considerada como um modo de subjetivação em um espaço de liberdade. O cuidado de si e do outro perpassa também a carta posterior de Clarice, *Washington, 24 de janeiro de 1957*, na qual a escritora também acaba por se mostrar intimamente ao seu interlocutor:

O que eu queria exatamente dizer é que o livro é doloroso, o livro dói, e eu queria que você não tivesse sido a pessoa que sentiu tudo o que sentiu, eu queria que você tivesse sido mais poupado, que não fosse a pessoa que atravessou a rua perigosa. (...) Sofrimento não é o caminho, sofrimento como caminho só se pode falar no passado, dizendo sofrimento foi caminho, só se torna ‘caminho’ se levou a alguma coisa. (...) O meu livro é uma ‘verdade’ minha, mas errei, por covardia tornei dentro de mim uma ‘verdade apenas da arte’. Me escondi de mim o quanto pude. Sofri com ele e nele, mas não saí livre. Ainda me sinto tão longe da maturidade que nem posso falar de adolescência, só posso dizer que parei na infância. (...) o livro que você escreveu pareceu me libertar mais do que o livro que eu própria escrevi. Eu não sei ‘me dar’, você soube ‘se dar’. (...) E um dos mistérios da arte é que às vezes a gente ‘se dá’ pelos outros. (LISPECTOR, 2001, p. 192)

Aqui, vemos emergir uma escritora autocrítica e também descobrimos o quanto o espaço literário está intrincado em sua própria subjetividade. Segundo ela, o livro do amigo acabou a “libertando”.

#### 4.5 A exegese de si

Em 1977, quando Clarice faleceu, seu amigo Otto Lara Resende escreveu que “ela era um exemplo brutal da singularidade da pessoa humana”. De fato, Clarice possuía uma alma muito singular. Quando o seu terapeuta Ulysses Girsoler fez um retrato psicológico de sua figura a partir de um teste de Rorschach<sup>1</sup>, descreveu que ela possuía uma tendência a sondar o interior de um formidável e indisciplinado caos. O terapeuta crê que toda a sua vida sentimental está desdobrada entre um extremo de impulsividade e outro de sutileza, sensibilidade, e habilidade de sentir todas as possíveis emoções que outras pessoas sentem. Segundo ele, seria muito difícil tal temperamento encontrar equilíbrio, uma domesticação desses impulsos elementares por meio da participação intelectual, e o resultado é um caráter mais ou menos melancólico que a levaria a uma tendência de fugir do mundo (MOSER, 2009). Na crônica *Submissão ao processo*, publicada em 1973, reflete sobre o próprio e assustador processo de viver:

O processo de viver é feito de erros – a maioria essenciais – de coragem e preguiça, desespero e esperança de vegetativa atenção, de sentimento constante (não pensamento), que não conduz a nada, e de repente aquilo que se pensou que era ‘nada’ – era o próprio assustador contato com a tessitura do viver (...). Mas o que mais pesa é a paciência vegetativa, boi servindo ao arado. (LISPECTOR apud IMS, 2004, p. 91)

---

<sup>1</sup> Avaliação psicológica pictórica criada pelo psiquiatra suíço Hermann Rorschach, que consiste na apresentação de cartões com manchas de tinta aos pacientes. Ao tentarem interpretar os cartões, os indivíduos projetariam aspectos de sua própria personalidade.



A prática de refletir sobre a sua própria vida através de confissões e desabaços aos seus interlocutores, como já vimos, é uma constante na produção epistolar de Clarice. A carta, aqui, se relacionaria com o próprio exame de consciência, tendo em vista que as técnicas de si também precisam da ajuda do outro para a elaboração da alma sobre si mesma. É um espaço privilegiado para exercícios de aprimoramento espiritual dos sujeitos envolvidos na correspondência. Segundo Rodolfo (2014, p. 48), as narrativas epistolares são marcadas por um “desejo de ambas as partes de busca do autoconhecimento e não só um espaço em que se reconhece o outro e se propaga o noticioso corriqueiro, pois pode configurar o espaço da mais profunda exegese filosófico-espiritual.” Na escrita de si presente nas cartas, faz-se coincidir o olhar do outro e aquele que se volta para si próprio nas regras de uma técnica de vida (FOUCAULT, 1992). Conforme aponta Ionta (2004), a escrita epistolar permite ao indivíduo criar uma literatura de si, que pode ser “tão transgressiva quanto aquela que visa transpor os limites da linguagem, pois nesse caso específico, trata-se de reinventar a si mesmo, de transpor o limite do que somos no espaço do ‘entre’” (p. 171-172). Ainda segundo a autora, os paradoxos das cartas seriam os mesmos paradoxos dos modos de produção de subjetividade do sujeito moderno.

As cartas de Clarice são ricas de exemplos do que se pode chamar de exame de consciência. Ao refletir sobre sua própria existência, sua escrita parece ser capaz de promover coerência e unicidade às várias subjetividades fragmentadas (JOVIANO, 2008). Em *Berna, 21 de abril de 1946*, por exemplo, se descreve como um “espírito cansado e ‘blasé’; pouca coisa me entusiasma, eu bebi demais na literatura.” Na carta *Berna, 15 de junho de 1946*, destinada à Tania, chega à conclusão de que a literatura é a sua única moralidade:

Eu sofro com o trabalho não é pelo trabalho só, é que além do mais não sou muito normal, sou desatada, tenho uma natureza difícil e sombria. (...) Às vezes penso que devia deixar de escrever; mas vejo também que trabalhar é a minha moralidade, a minha única moralidade. Quer dizer, se eu não trabalhasse, eu seria pior porque o que me põe num caminho é a esperança de trabalhar. (LISPECTOR, 2007, posição 1315)

Através da escrita de si, conhece mais sobre si mesma e descobre traços novos da própria personalidade, como acontece em *Berna, 21 de junho de 1947*:

Eu mesma tenho vencido, como posso, minhas dificuldades e minhas hesitações, e descoberto traços em mim, antes nem sonhados. Por exemplo, fico surpreendida em notar que tenho o que se chama ‘caráter fraco’ (não no pior sentido do termo, felizmente...). (LISPECTOR, 2007, posição 1931)

Na carta *Berna, 27 de julho de 1946*, também reflete sobre si mesma, considera-se como uma pessoa insegura e revela mais traços de seu íntimo para o amigo Fernando: “só você sabe

a custa de que sacrifícios, no íntimo sou frágil, incerta, descontrolada” (LISPECTOR, 2001, p. 39). Já em *Berna, 1 de julho de 1946*, ao fazer o exercício do adestramento de si mesma através da escrita, Clarice reflete sobre seus possíveis defeitos e conseqüentes efeitos na sua vida, como demonstrado no trecho: “Se eu fosse mais simples, aproveitaria de tudo mais. O pior é esse hábito mental em que caí de querer transformar tudo em ouro” (LISPECTOR, 2007, posição 1434). Todos esses trechos nos permitem compreender um pouco da formação da subjetividade de Clarice, que não se dá através de um *eu* sólido e intransferível, mas sim uma subjetividade em construção, móvel e fluida, construída através das relações que estabelece consigo mesma e com seus interlocutores. Assim, “as cartas produzem uma literatura de si que torna visíveis dois aspectos importantes: o caráter intersubjetivo/dialógico da produção da subjetividade, e exibem especialmente o estatuto ético e estético da fabricação de si” (IONTA, 2004, p. 172).

Também pela leitura e compreensão das cartas selecionadas para o nosso trabalho, é possível identificar a busca de Clarice por uma estética da existência, o fazer da própria vida, esse material essencialmente mortal, o lugar de construção de uma ordem que se mantém por sua coerência interna, como uma obra de arte (GROS, 2006; FOUCAULT, 1984). Em fragmento retirado da revista *Cadernos de literatura brasileira*, Clarice relata: “A arte é a busca de uma realidade sonhada. (...) Penso e sei que vou ao encontro do que existe dentro de mim, vou a esse encontro nua e descalça e com mãos vazias, a mercê de mim mesma.” (LISPECTOR apud IMS, 2004, p. 94).

Aqui, seria possível um sujeito verdadeiro, não mais no sentido de uma domesticação, como ocorria durante a estadia de Clarice no exterior, mas sim de uma subjetivação. Em *Washington, 5 de outubro de 1953*, Clarice demonstra que, mesmo sentindo-se presa na vida diplomática, possuía um desejo de liberdade, e confessa a Fernando que “sempre quis ‘jogar alto’, mas parece que estou aprendendo que o jogo alto está numa vida diária pequena, em que uma pessoa se arrisca muito mais profundamente, com ameaças maiores” (LISPECTOR, 2001, p. 111). Anos antes, em carta à Tania em *Berna, 1 de julho de 1946*, revela a vontade de “adestrar-se”, usando o termo *foucaultiano*, no sentido de conduzir sua vida de forma mais austera:

Eu gasto muito de minhas forças procurando formar uma vida severa e austera, procurando me esvaziar de pequenos prazeres – só assim se consegue o tom de vida que eu gostaria de ter. Mas é exaustivo também.” (LISPECTOR, 2007, posição 1413).

Conforme aponta Foucault (1992, p. 151), “a reciprocidade que a correspondência estabelece não se restringe ao simples conselho ou ajuda; é ela a do olhar e do exame”. A carta, na sua condição de exercício, constitui também uma “objetivação da alma”. Na longa missiva

*Berna, 6 de janeiro de 1948*, Clarice dirige-se à sua irmã Tania na posição de irmã conselheira. Em todos os conselhos que dá à irmã, a escritora também reflete sobre si mesma, fala sobre suas próprias experiências, e mais do que isso, revela o que ela mesma também mais buscava alcançar em sua vida: um ideal de liberdade, livre de qualquer tipo de amarras.

Minha florzinha,

(...)Mas o que eu queria dizer é que a gente é muito preciosa, e que é somente até certo ponto que a gente pode desistir de si própria e se dar aos outros e às circunstâncias. Depois que uma pessoa perder o respeito de si mesma e o respeito de suas próprias necessidades – depois disso fica-se um pouco um trapo. Você veria que há certos momentos em que o primeiro dever a realizar é em relação a si mesmo. (...)E com isso cortei também minha força. Espero que você nunca me veja assim resignada, porque é quase repugnante. Espero que no navio que nos leve de volta, só a ideia de ver você e de retomar um pouco minha vida – que não era maravilhosa mas que era uma vida – eu me transforme inteiramente. (...) não pude deixar de querer lhe mostrar o que pode acontecer com uma pessoa que fez pacto com todos, e que se esqueceu de que o nó vital de uma pessoa deve ser respeitado. (...) Minha irmãzinha, ouça meu conselho, ouça meu pedido: respeite a você mais do que aos outros, respeite suas exigências, respeite mesmo o que é ruim em você - respeite sobretudo o que você imagina que é ruim em você – pelo amor de Deus, não queira fazer de você uma pessoa perfeita – não copie uma pessoa ideal, copie você mesma – esse é o único meio de viver. Eu tenho tanto medo de que aconteça com você o que aconteceu comigo, pois nós somos parecidas. (...) Tenha coragem de se transformar, minha querida, de fazer o que você deseja – seja sair nos *week-end*, seja o que for. (LISPECTOR, 2002, p. 164)

Apesar de tudo, o trecho que talvez melhor resuma a relação de Clarice com a busca por um ideal de liberdade e estética da existência está na carta *Washington, 24 de janeiro de 1957*, destinada a Fernando: “Senti, sim, que você saiu mais livre depois de escrever o livro. O próprio livro foi um ato de liberdade. E sinto que a maturidade é a coisa mais linda que pode acontecer a uma pessoa” (LISPECTOR, 2001, p. 192). No trecho, Clarice está falando sobre a experiência do amigo, mas poderia perfeitamente estar falando de si mesma e da sua própria experiência literária – e a própria experiência de escrever cartas – como um ato libertador.

#### **4.6 A publicação das missivas: questões éticas**

Ao final da análise, julgamos necessário fazer uma breve reflexão acerca da passagem do privado ao público por meio da divulgação das missivas. A carta, como já comentamos anteriormente no capítulo 2, é um documento que faz parte do espaço privado e inviolável, cujas informações são marcadas pelo caráter confidencial e secreto. Por esse motivo, a divulgação da produção epistolar de um indivíduo, mesmo que postumamente, não deixa de originar discussões de ordem ética e moral acerca da invasão do espaço pessoal alheio. Até onde se sabe, Clarice Lispector nunca teceu comentários a respeito da publicação ou não de suas cartas – como fez Mário de Andrade – nem mesmo as envolveu em algum tipo de projeto

artístico, tal como fez o pintor Iberê Camargo. Porém, como vimos nos trechos de suas cartas selecionados para nossa análise, estes documentos de caráter pessoal eram repletos de revelações suas muito particulares, e Clarice provavelmente nunca desejou tê-los divulgados.

O caso da missiva está inserido na Lei de Direitos Autorais, que garante que o remetente detém o poder de autoria sobre sua correspondência, não levando em conta o valor estético. A Constituição também prevê o seu direito de publicação ou reprodução, direito este transferível a seus herdeiros, pelo prazo de 70 anos, a partir de primeiro de janeiro do ano subsequente ao do falecimento do autor. “Depois disto, como toda obra de um autor, a obra cai em domínio público. Ainda que uma carta ou um manuscrito tenha sido adquirido por compra, tal fato ‘não confere ao adquirente qualquer dos direitos patrimoniais do autor’”. (VASCONCELLOS, 2008, p. 387). As cartas trocadas entre Fernando Sabino e Clarice foram publicadas no livro *Cartas perto do coração* pelo próprio escritor três anos antes de sua morte, em 2001. Já as publicações *Correspondências e Minhas queridas* foram organizadas pela pesquisadora Teresa Montero a convite do filho de Clarice, Paulo Gurgel Valente, com o objetivo de “fazer um retrato de sua trajetória biográfico-literária e do contexto cultural e sócio-político de sua época por meio de uma parte de sua correspondência” (MONTERO, 2002, p. 11).

A correspondência de missivistas anônimos não costuma despertar muito interesse, ao contrário dos documentos de escritores conhecidos ou célebres figuras públicas. Como já comentamos, o leitor das correspondências de figuras conhecidas, geralmente publicadas postumamente, vê as cartas como certos objetos de fetiche que possibilitam “mundanizar” o seu signatário famoso. A carta teria o poder de humanizar a figura de seu autor, no sentido de extinguir “o glamour e a mistificação de um mundo ideal, o mundo do escritor, em prol de um universo mais mundano e menos olímpico, no qual a vida não é uma projeção, mas de fato uma realidade” (RODOLFO, 2014, p. 86)

Além disso, a publicação das epístolas de autores conhecidos justifica-se também pelo fato de complementar e possibilitar uma melhor compreensão de suas próprias obras literárias – a chamada crítica genética. Também é reconhecido o valor biográfico que um conjunto de missivas pode representar, conforme o próprio filho de Clarice afirmou no trecho anteriormente citado. As cartas possuem o potencial de resgatar a memória de um certo escritor, revelando fortes traços biográficos ainda inéditos.

Aqui, nos propomos a refletir até onde o chamado valor biográfico presente nas correspondências é válido. No caso das missivas de Clarice, é inegável que tais documentos foram de uso fundamental para a construção de suas maiores biografias: *Clarice – esboço para um possível retrato* (1981), de Nádya Gotlib e *Clarice* (2009), de Benjamin Moser, ambas

consultadas para este trabalho. Porém, não podemos considerar que todas as informações contidas nas cartas tratam-se de fatos verídicos. Assim como lembra Gomes (2004, p. 22), as cartas, assim como outras formas de escrita de si, são discursos que aproximam e mobilizam a sinceridade como valor de verdade, “mas não podem, por isso, ser tratadas como formas naturalizadas e espontâneas”. Por si só, as narrativas presentes nas cartas representam um momento específico e não detêm o “monopólio da verdade”, como afirmou Motta (2012). Conforme Vasconcellos (2008, p. 381) muito bem observa, “algumas vezes seus autores mudam de opinião ou de pontos de vista e cartas escritas em determinada época são repudiadas mais tarde”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou inferir de que forma a narrativa de si constitui diferentes modos de subjetivação nas cartas de Clarice Lispector. Nos propusemos a investigar como as marcas de escrita de si estão configuradas no conjunto das 21 cartas selecionadas – que compreendem o período de 1946 a 1957 – através da análise narrativa das missivas, construída através do referencial teórico estudado. Para isso, usamos os elementos do pacto epistolar e da escrita de si para identificar as principais particularidades desta narrativa, que incluíram a necessidade de confissão, sensação de corporificação junto ao outro, introspecção e auto-análise.

No primeiro capítulo, debruçamo-nos em um embasamento teórico para compreender o gênero da escrita epistolar. Trabalhamos com as ideias de Rocha (1965) e Gomes (2004), que afirmam que a comunicação por meio das missivas não está implicada somente em intenções noticiosas, mas sim como companhia, em uma espécie de pôr-se em comum, correspondente a uma necessidade intrínseca ao ser humano. Com base em Tin (2005), e considerando que a escrita de cartas era prerrogativa das camadas altas da sociedade entre os povos antigos, exploramos as diversas formalizações das missivas ao longo dos séculos. Vimos que algumas delas – as mais simples – se sustentam até os dias atuais, como o clássico formato saudação, a apresentação da mensagem, narração propriamente dita e despedida (VASCONCELLOS, 2008). A carta, como substituta da presença física, tem em sua abertura uma espécie de “preparação para o encontro” (TIN, 2005), característica que também permanece até hoje.

A fim de construir uma breve historiografia do gênero, destacando a importância da correspondência nos estudos culturais e literários, percorremos as trocas epistolares mais representativas em âmbito nacional e mundial. Também levou-se em conta as diferenças entre

os principais tipos de epístolas, como a carta pessoal, carta oficial e carta aberta. Salientamos, ainda, que no Brasil há uma série de correspondências que nos permite traçar a história da identidade do país, como é o caso da carta na qual Pero Vaz de Caminha escreve para o rei D. Manuel I quando “descobre” o Brasil, em maio de 1500.

Ainda nesse capítulo, consideremos importante abordar a aproximação histórica entre as correspondências e o jornalismo. A partir das ideias de Franciscato (2005), compreendemos que a carta possui estreita relação com o jornalismo desde os seus primórdios, pois enquadra-se como um veículo de informações que constroem as notícias. Constatamos, também, que os serviços postais – que serviam como meio de expedição para ambos – constituíam-se como peças fundamentais para a construção de uma temporalidade jornalística.

As discussões acerca de três características relevantes na escrita epistolar – o sigilo, divulgação e valor biográfico – apresentam-se como últimos itens desse capítulo. Propomos uma reflexão sobre o que Gomes (2004) denomina de pacto epistolar, que institui as cartas pessoais como um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento ou rompimento de vínculos entre indivíduos/grupos e envolve uma relação de confiança entre os interlocutores.

Já no segundo capítulo, fundamentamos as correspondências pessoais como um tipo de escrita de si ou escrita autobiográfica. Para tal, apresentamos apreensão geral das noções de escrita de si, começando pelas análises de Foucault (1992). A partir de suas ideias, compreendemos que o texto da carta implica uma introspecção, sendo menos como uma decifração do sujeito por ele próprio do que como uma abertura que o sujeito oferece ao outro sobre si mesmo. Também apresentamos as noções de cuidado de si, modos de subjetivação, estética da existência e técnicas de si propostos pelo autor. Todas essas práticas de subjetivação se relacionam com o processo de construção de si mesmo, no qual os indivíduos são livres para formar as suas próprias regras de vida e transformarem-se.

Baseado em Gomes (2004) e Duque-Estrada (2009), reforçamos o fato de que a escrita de si – exemplificada nas cartas, diários e autobiografias propriamente ditas – se constitui como um ato biográfico que tem no cidadão moderno um ponto de partida para a disseminação e divulgação de tal prática. Aqui, problematizamos a relação da valorização desse tipo de escrita com a própria valorização da individualização da sociedade e do chamado campo do íntimo.

No capítulo de análise, com base na bibliografia anteriormente estudada e nas noções de narrativa propostas por Luiz Gonzaga Motta (2012), analisamos o conjunto de 21 missivas da escritora Clarice Lispector, retiradas dos livros *Cartas perto do coração*, *Correspondências* e *Minhas queridas*. A partir das ideias do pacto epistolar, da escrita de si e modos de

subjetivação, foram observados os destinatários, os elementos do pacto e os dois grandes temas predominantes das cartas, e, por último, analisamos a exegese de si presente nas missivas.

De tal modo, cremos ter sido possível alcançar o objetivo geral do trabalho, ao identificarmos que a subjetividade de Clarice se modula conforme o interlocutor a quem ela se dá a ver e a quem se expõe através de sua escrita. Nas missivas trocadas com as irmãs, transparece uma Clarice bastante dedicada e cuidadosa, como se fosse uma “mãe, avó, tia e irmã” como ela mesma se autodenomina em várias correspondências. Aqui, permanece uma escrita com traço mais subjetivo, provavelmente em virtude da sua maior aproximação e intimidade com as destinatárias. Também nessas missivas, a escritora confia inteiramente nas suas interlocutoras para desabafar, e acaba assumindo a sua subjetividade momentânea na condição de nômade e exilada – condição que permanece por anos, até ela finalmente voltar para o seu país.

Já com o amigo e colega de profissão Fernando Sabino, constatamos que a subjetividade da autora se modula e emerge como uma mulher em busca do livro perfeito, que também é sensível ao cuidado do outro, sobretudo no que tange ao trabalho literário de ambos. Como ambos eram escritores, a temática que mais se sobressaía nas cartas era a literatura. Aqui, Clarice se subjetiva como uma escritora sensível que refletia constantemente sobre o seu fazer artístico e o sobre o lugar do autor como sujeito no mundo. Também é a partir de suas reflexões literárias que apreendemos uma subjetividade frágil e muito crítica que Clarice possui sobre si mesma. Como vimos nos trechos das missivas usadas na análise, a escritora constantemente possuía um sentimento de fracasso em suas obras, que está diretamente relacionada a uma imagem que ela constrói sobre si mesma, como uma subjetividade problemática.

Ao final da análise, percorremos a exegese de si efetivamente presente em suas missivas, e não encontramos um sujeito formado, mas sim uma subjetividade sempre em devir. Na escrita autobiográfica presente nessas cartas, enquanto a autora narra experiências pessoais, reflete profundamente sobre sua própria existência, se autoanalisa e acaba construindo a si mesma nesse processo, seja como mulher “desenraizada” ou como autora em busca do livro perfeito. Quando escreve que “no íntimo *sou* frágil, incerta, descontrolada” ao empregar o verbo *ser*, é como se praticasse uma subjetivação instantânea, no próprio ato da escrita. Nessa escrita de si, também compreendemos que Clarice prezava uma vida livre de amarras, como uma estética da existência definida por Foucault (1984). Assim como em sua escrita literária, ela também usava o espaço de escrita de si das narrativas epistolares como um ato terapêutico e libertador.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Gloria Carneiro do. Seigné em ação: sévignações. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTILB, Nádia Batella (org.). **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BETTIOL, Maria Regina Barcelos. **A escritura do intervalo**: a poética epistolar de Antônio Vieira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 271 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13818/000651707.pdf?sequence=1>>. Acesso em 29 mar. 2015.

BURGARDT, Camila Machado. **As missivas no século XIX**: literatura e história. 2011. 46 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Curso de Licenciatura em Letras, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

COSTA LIMA, Luiz. Júbilos e misérias do pequeno eu. In: **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

DUQUE-ESTRADA, Elizabeth Muylaert. **Devires autobiográficos** – a atualidade da escrita de si. São Paulo: NAU Editora, 2009.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Discurso e produção de subjetividade em Michel Foucault. **Ledif** - Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.1-19, 2011. Disponível em: <<http://www.foucault.ileel.ufu.br/ledif/publicacoes/discurso-e-producao-de-subjetividade-em-michel-foucault>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade III**: O cuidado de si. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. Subjetividade e verdade. In: **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.



\_\_\_\_\_. **Tecnologias del yo y otros textos afines**. 2ª ed. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A., 1995

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: Como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTILB, Nádia Batella (org.). **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOTLIB, Nádia Battella; EQUIPE IMS. A descoberta do mundo. In: **Cadernos de literatura brasileira**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 17 e 18, dez. 2004. p. 8-43

GROS, Frédéric. Situação do curso. In: FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2 ed., 2006.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Cadernos de literatura brasileira**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 17 e 18, dez. 2004.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. Clarice Lispector: o ofício paralelo (encarte). In: **Cadernos de literatura brasileira**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 17 e 18, dez. 2004.

IONTA, Marilda Aparecida. As cores da amizade na escrita epistolar de Antita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade. Campinas: UNICAMP, 2004. 315 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2004.

JOVIANO, Lúcia Helena da Silva. O universo da escrita de si: autobiografias, memórias, diários. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (org.). **Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia**. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: Edufop, 2008. p. 1-9. Disponível em: <<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2008/t/lucia.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

KLINGER, Diana Irene. **Escritas de si, escritas do outro**: autoficção e etnografia na narrativa latino-americana contemporânea. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. 205 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Instituto de Letras, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LISPECTOR, Clarice. **Correspondências**. São Paulo: Rocco, 2002.

LISPECTOR, Clarice. **Minhas queridas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. Versão para *Tablet*.

LISPECTOR, Clarice; SABINO, Fernando. **Cartas perto do coração**/Fernando Sabino, Clarice Lispector. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MONTERO, Teresa. Introdução. In: LISPECTOR, Clarice. **Minhas queridas**, 2007.

MORAES, Marcos Antonio de. **Me escreva tão logo possa** – Antologia da carta no Brasil. São Paulo: Salamandra, 2005.

MOSER, Benjamin. **Clarice, uma biografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. In: LAGO, Cláudio; 2010.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade? In: PEREIRA, F. MOURA, D. ADGHIRNI, Z. **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

RADAELLI, Juliana. **O sujeito e a ficção da escrita** - uma articulação entre psicanálise, literatura e educação. São Paulo: USP. 2007. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

REBELLO, Lúcia Sà. A literatura epistolar a partir de Horácio. **Revista Ecos**, Cáceres, v. 4, n. 1, p.21-25, 2007.

REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. (Org.). **Literatura: autobiografia e ficcionalidade**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

ROCHA, André Crabée. **A epistolografia em Portugal**. Coimbra: Almedina, 1965.

RODOLFO, Luciano. **A vida às margens da arte: a correspondência e a poesia inéditas de Murilo Mendes a Guilhermino Cesar**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. 222 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/114424>>. Acesso em 29 mar. 2016.

RODRIGUES, Leandro Garcia. **Uma leitura do modernismo: Cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira**. Rio de Janeiro: PUCRJ. 2003. 167 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SABINO, Fernando. Nota prévia. In: LISPECTOR, Clarice; SABINO, Fernando. **Cartas perto do coração**/Fernando Sabino, Clarice Lispector. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SALES, Márcio. **Foucault e os modos de subjetivação**. Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Filosofia da Anpof, Salvador, 2008.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, Leticia Felix da. **Comunicação nas redes de criação**: a cor em processo nas cartas de Van Gogh. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Escrita autobiográfica e construção subjetiva. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n.1, p. 37-64, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642003000100004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642003000100004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 19 abr. 2015.

TIN, Emerson (Org.). **A arte de escrever cartas**. Campinas: Unicamp, 2005.

VASCONCELLOS, Eliane. Intimidade das confidências. **Teresa**: revista de Literatura Brasileira, São Paulo, v. 9, n. 9, p.372-389, 2008. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=revistateresausp&pagfis=2246&pesq;=>>>. Acesso em: 02 mar. 2016.